



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

SAMARA MAYRA BENÍCIO RODRIGUES

**OCUPAR E RESISTIR: A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA
COMUNIDADE SANTA FILOMENA, NO JANGURUSSU, PELOS JOVENS
MORADORES DO BAIRRO.**

FORTALEZA

2018

SAMARA MAYRA BENÍCIO RODRIGUES

OCUPAR E RESISTIR: A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA
COMUNIDADE SANTA FILOMENA, NO JANGURUSSU, PELOS JOVENS
MORADORES DO BAIRRO.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima

Coorientadora: Profa. Dra. Clarice Zientarski

FORTALEZA - CE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

R616o Rodrigues, Samara Mayra Benício.

Ocupar e resistir: a utilização dos espaços públicos da comunidade Santa Filomena, no Jangurussu, pelos jovens moradores do bairro / Samara Mayra Benício Rodrigues. – 2018. 87 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima.

Coorientação: Profa. Dra. Clarice Zientarski.

1. Juventude. 2. Meninos de Deus. 3. Espaços-públicos. 4. Resistência. I. Título.

CDD 370

SAMARA MAYRA BENÍCIO RODRIGUES

OCUPAR E RESISTIR: A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA
COMUNIDADE SANTA FILOMENA, NO JANGURUSSU, PELOS JOVENS
MORADORES DO BAIRRO.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação.

Aprovada em 27/09/2018

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima (orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Clarice Zientarski (coorientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Eudes Baima Bezerra

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Em memória de minha mãe, Jocide Benício Rodrigues. Não somente pelo sangue, mas principalmente pelo laço e exemplos de vitórias e lutas. Sua bravura ultrapassa os limites da materialidade. Meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte. Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte. E tenho comigo pensado Deus é brasileiro e anda do meu lado. E assim já não posso sofrer no ano passado. Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro. Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro (Belchior – Sujeito de Sorte)

Nascer. Renascer. Nascer. Renascer e por fim, renascer. Ao longo de minha trajetória para chegar a finalização do mestrado percorri alguns caminhos tortuosos, afinal, quem não caminha sobre pedras nessa vida? Dizem que nossas vidas deixam para “acontecer” quando se entra em processos de escrita vorazes. Então, porque comigo ia ser diferente?

Dizem também que o que fortalece e fica são os aprendizados retirados dos acertos e dos erros ao longo do percurso, e sim, essas foram as minhas maiores lições. Tentar mestrado em outra cidade e passar, sem ter a certeza se realmente queria ficar. Iniciar namoro. Descobrir gravidez. Passar no mestrado. Descobrir que a mãe está doente, mas não é qualquer tipo de doença é séria e foi fatal.

Nasci, quando soube que iria para outra cidade estudar, renasci quando decidi não mais ir, pois estava grávida. Nasci junto ao meu filho, Heitor e renasço cada dia com ele, acompanhar seus passos, olhar seu sorriso e contemplar sua beleza, me fez renascer de um medo de ser mãe. Me fez renascer do medo de perder minha mãe. Me fez sobreviver ao mestrado. Me fez sobreviver a perda irreparável, danosa e profunda que foi a de minha mãe.

Me fez renascer quando a escrita não fazia mais nenhum sentido, quando qualquer atividade realizada pela manhã era logo substituída pelos cuidados e mais cuidados que tinha que ser designados a minha mãe, pois, durante dois anos ela demandou de atenção total. Os últimos meses, dela e de dissertação chegavam e a escolha era óbvia.

No entanto, só pude prorrogar uma. Mas, aproveitei intensamente as duas. Com suas dores e delícias. O que são os agradecimentos se não a parte mais sincera escrita? Sem muitos ardeios, sem grandes devaneios, apenas gratidão. Pela família, pelos amigos, que são família, e olhe, que família essa minha.

Por vezes pensei em não citar nomes com medo de esquecer alguém, mas lembrei a importância de registrar o que nos faz viver, o que inspira, fortalece. Aos amigos e amigas que são família: Iara, Nicolle, Gabriela, Rafael, Talita, Fernando, Tici, Germana, Diovanna, Alexandre, Fernanda, Amanda, DeJane, Marcela, Age, Cesinha. Aos amigos de sonhos e luta: Priscila, Maca, Raphael, Larisse, Mapo e aos demais que sei que estão comigo do lado certo. As amigas de toda a vida, Juliane, Rafynha e Ivna.

E a minha família, em especial minha avó. Não há palavras que descrevam sua grandiosidade. Te amo. Aos meus tios e tia, Júnior, Jocié e Jamile. Meus irmãos, Perseu e Bia, por serem parceiros.

Ao meu amor, meu grande, primeiro e eterno amor, Heitor. E a meu companheiro, Áthila. Com você pude entender a grandeza do silêncio e uma virtude que ainda não conhecia, a paciência. Te amo. Por ser amigo, por ser parte do meu lar. “Meu coração é teu lar”

Agradecer aos “Sobreviventes”, sim, nós sobrevivemos, e nos entendemos ao longo da jornada, mesmo com todas as diferenças. Vocês foram a melhor turma que eu e Heitor poderíamos ter encontrado. Minha gratidão.

Assim, agradeço a tantos outros amigos que me auxiliaram no processo de transformação para que pudesse ser quem sou hoje.

Agradecer a linha da qual faço parte, Trabalho e Educação, pelos bons educadores, que me acolheram durante as disciplinas, mesmo quando o Heitor chorava, a compreensão e apoio de vocês foi de extrema importância. Saibam, vocês foram a exceção na vida acadêmica Brasil afora. Na maioria dos casos, não se permite que as mães, as mulheres trabalhadoras, as mulheres do povo ocupem esses espaços. Mas, nós ocuparemos sim.

E por fim, devo agradecer aos Meninos de Deus, ao Ronny e todos aqueles que me ajudaram. Pois, foi indo a campo, a cada conversa, a cada foto, que a realidade se tornava mais latente, vários sentimentos tomavam/tomam contam de mim. Vê a juventude dos bairros pobres, e vê a constante luta de classe. Ou seja, vê a luta pela sobrevivência, me fez não acostumar com o que o Estado tenta dizer que é normal. Sabe o que a juventude quer? Viver. Apenas, viver.

Dedico essa música a todos nós:

O que é que pode fazer o homem comum

Neste presente instante senão sangrar?

Tentar inaugurar

A vida comovida

Inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer

Com a minha juventude
Quando a máxima saúde hoje
É pretender usar a voz?

O que é que eu posso fazer
Um simples cantador das coisas do porão?
Deus fez os cães da rua pra morder vocês
Que sob a luz da lua
Os tratam como gente - é claro! - aos pontapés

Era uma vez um homem e o seu tempo
Botas de sangue nas roupas de lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa: Ora está!
Eu não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva
Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)
Pois sou uma pessoa.
Esta é minha canoa: Eu nela embarco.
Eu sou pessoa!
A palavra "pessoa" hoje não soa bem
Pouco me importa!

Não! Você não me impediu de ser feliz!

Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!

Ninguém é gente!

Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!

Não sou da nação dos condenados!

Não sou do sertão dos ofendidos!

Você sabe bem: Conheço o meu lugar!

(Belchior – Conheço meu Lugar)

Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo. Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol, vai vendo, mas o sistema limita nossa vida de tal forma que tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver. Os anos se passaram e eu fui me esquivando do ciclo vicioso, porém, o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido. Acredito que o sonho de todo pobre é ser rico. Em busca do meu sonho de consumo, procurei dar uma solução rápida e fácil pros meus problemas: O crime. [...] É necessário sempre acreditar que o sonho é possível, que o céu é o limite e você, truta, é imbatível, que o tempo ruim vai passar, é só uma fase e o sofrimento alimenta mais a sua coragem que a sua família precisa de você, lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder. (A Vida é Desafio – Racionais MC's)

RESUMO

A seguinte pesquisa teve como objetivo perceber como os jovens da comunidade Santa Filomena, localizada no bairro Jangurussu, em Fortaleza, se articulam no processo de ocupação dos espaços públicos de sua comunidade e da cidade, proporcionando assim, o processo de desenvolvimento e descoberta de uma identidade juvenil. Os estudos indicam a existência de uma cultura de resistência de jovens nos bairros de periferia (Diógenes, 2008), o que não foi diferente na comunidade Santa Filomena. Ao longo da pesquisa, através da análise de como os jovens desta comunidade utilizam os espaços públicos de seu bairro, foi possível observar como fazem para se organizar enquanto projeto Meninos de Deus. Especificamente, foi possível mapear algumas políticas públicas voltadas para ações relacionadas a juventudes, bem como apreender os processos de resistência dos jovens da comunidade e, por fim, observar as relações existentes entre os jovens e os espaços públicos da comunidade e da cidade. Assim, a pesquisa se propôs a trabalhar com o procedimento metodológico de levantamentos bibliográficos, bem como se utilizou de instrumentos metodológicos como a entrevista e a observação participante, caracterizando uma pesquisa qualitativa. Em termos de fundamentação teórica, a pesquisa trabalha com autores que auxiliaram no pensar sobre algumas categorias, como juventudes, identidade juvenil, violência, periferia, resistência. Assim, alguns desses autores são: Esteves e Abramovay (2009), Sposito e Carrano, Maricato (2013), Diógenes (2008), DaMatta (2011), dentre outros.

Palavras-chaves: juventude; Meninos de Deus; espaços-públicos; resistência.

ABSTRACT

This research aimed to understand how young people from the Santa Filomena community, located in the Jangurussu neighborhood, in Fortaleza, carry out the process of occupying the public spaces of their community and city, thus, providing the development and discovery of a youth identity. The studies indicate the existence of a culture of youth resistance in the suburban neighborhoods (Diógenes, 2008), which was not different in the Santa Filomena community. Throughout the research, through the analysis of how the youth of this community use the public spaces of their neighborhood, it was possible to observe how they do to organize themselves as the project Menino de Deus. Specifically, it was possible to map some public policies that aimed at actions related to the youth, as well as to understand the processes of resistance of the youth in the community and, finally, to observe the relations existing between the young people and the public spaces of the community and the city. This paper was carried out with the methodological procedure of bibliographical surveys, as well as using methodological instruments such as interview and participant observation, characterizing a qualitative research. In terms of theoretical basis, the research includes the ideas of authors who helped to think about some categories, such as youth, youth identity, violence, periphery, resistance. Some of these authors are: Esteves and Abramovay (2009), Sposito and Carrano, Maricato (2013), Diógenes (2008), DaMatta (2011), among others.

Keywords: youth; Meninos de Deus; public spaces; resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Políticas aplicadas à juventude pela UNESCO	51
Quadro 2 - Políticas aplicadas à juventude pela UNESCO (continuação)	52
Imagem 1 - Crianças do Projeto Meninos de Deus	81
Imagem 2 - Crianças jogando no Projeto Meninos de Deus	81
Imagem 3 - Crianças do Projeto Meninos de Deus sentados	82
Imagem 4 - Crianças do Projeto Meninos de Deus ouvindo orientações	82
Imagem 5 - Jogo realizado no Projeto Meninos de Deus	83
Imagem 6 - Duas crianças jogando no Projeto Meninos de Deus	83
Imagem 7 - Meninas jogando no Projeto Meninos de Deus	84
Imagem 8 - Meninos jogando futebol no Projeto Meninos de Deus	84
Imagem 9 - Criança do Projeto Meninos de Deus em frente uma trave de futebol	85
Imagem 10 - Meninos do Projeto Meninos de Deus se aquecendo para jogar futebol	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventudes
CoNViDa	Conselho Nova Vida
ETUFOR	Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ONG	Organização Não Governamental
PEA	População Economicamente Ativa
ProJovem	Programa de Inclusão de Jovens
REAJA	Rede de Articulação do grande Jangurussu e Ancuri
SER	Secretarias Executivas Regionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JUVENTUDE POBRE: ENTRE O EXTERMÍNIO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.1	O Extermínio da Juventude pobre e negra	22
2.2	Juventude pobre, educação e mundo do trabalho	27
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL	40
3.1	Empresariamento das Políticas Sociais?	47
<i>3.1.1</i>	<i>As políticas sociais ofertadas pelas ONG, fundações, Institutos Familiares</i>	47
<i>3.1.2</i>	<i>A Política dos Organismos Multilaterais para juventude</i>	50
<i>3.1.3</i>	<i>As principais estratégias de atendimento à juventude em Fortaleza</i>	55
4	O PROJETO MENINOS DE DEUS	57
4.1	A metodologia dos Meninos de Deus	59
4.2	Os muros (in)visíveis da cidade	65
4.3	Dos sonhos de ser jovem	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	ANEXO A - FOTOS	81

1 INTRODUÇÃO

O drama da cadeia e favela. Túmulo, sangue, sirenes, choros e vela. Passageiro do Brasil, São Paulo. Agonia que sobrevivem, em meia zorra e covardias. Periferias, vielas, cortiços, Você deve tá pensando, O que você tem a ver com isso? Desde o início, Por ouro e prata, Olha quem morre, Então veja você quem mata (Trecho da música Negro Drama – Racionais Mc's)

Essa dissertação trata sobre a juventude da periferia de Fortaleza e resulta de uma temática anteriormente trabalhada por nós, na qual compreendemos a importância de desenvolver estudos relacionados a um grupo social que de maneira geral, tem sido excluído das discussões acadêmicas. Tendo como título *Ocupar e Resistir: A utilização dos espaços públicos da Comunidade Santa Filomena, no Jangurussu, pelos jovens moradores do bairro*, o tema proposto surge a partir de minha experiência como bolsista da pesquisa “Juventudes e Violência, Sonhos e Direitos na periferia de Fortaleza”, coordenada pela professora Sonia Pereira, na Universidade Federal do Ceará (UFC). A atividade se deu em conjunto com um grupo de pesquisa que se articulava semanalmente para planejamento e execução de atividades, e culminou na produção de meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: *Projeto Meninos de Deus: Formação, sonhos e resistência de jovens do Parque Santa Filomena, na Periferia de Fortaleza*.

Esse projeto abrangeu o período de 2008 a 2014, norteando-se segundo os seguintes objetivos: conhecer a realidade dos jovens que ali residiam (Bairro Jangurussu, Parque Santa Filomena) e, especificamente, os jovens que fazem parte do projeto Meninos de Deus, desenvolvido pelo Conselho Nova Vida (CONVIDA), uma Organização Não Governamental (ONG). Também trouxe como objetivo, a análise das perspectivas de vidas, dos sonhos, desejos, inquietações dos jovens moradores do referido bairro. Buscou-se, ainda, identificar as políticas públicas ali existentes (ou não), o que não logrou êxito, devido ao pouco tempo e estrutura da pesquisa, apontar quais iniciativas da sociedade civil estariam presentes, observar como se articulavam as ONG'S e movimentos sociais presentes na região, assim como conhecer o modo de relações estabelecidas entre a escola e os jovens da comunidade.

O bairro Jangurussu conforme Pereira é:

O bairro Grande Jangurussu é extenso (1558 hectares) e populoso (50.479 habitantes), segundo o Censo de 2010, do IBGE. Se a essa população fosse somada a do Conjunto Palmeiras, que dele se desmembrou como bairro, em 2007, a população alcançaria 80.303 habitantes. Apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano

(0,442) e é estigmatizado cultural, social e economicamente, por ter sua origem vinculada ao funcionamento de uma rampa de lixo, durante o período 1978-1998, que depois foi desativada. O bairro é conhecido como um dos locais mais preocupantes nas estatísticas de violência juvenil e urbana. (PEREIRA, 2013).

Foi necessário um levantamento bibliográfico e um acúmulo teórico para a compreensão e aproximação de modo inicial da comunidade, os jovens e a forma de relacionamento da ONG com eles. Algumas leituras foram realizadas, como o livro *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galera e o movimento hip-hop* (DIOGENES, 2008), e outros textos sobre políticas públicas e juventudes, com destaque para o artigo “A escola “faz” as juventudes? Reflexos em torno da socialização juvenil”, de Juarez Dayrell.

A partir do texto de Dayrell, da experiência do trabalho de campo – que contou com visitas periódicas, durante os anos 2012 a 2014, com o intuito de observar a dinâmica do Projeto Meninos de Deus, suas atividades de formação – e das discussões com o grupo de pesquisa, o olhar e a pesquisa se voltaram para as conversas que eram realizadas no Convida, no projeto mencionado, duas vezes por semana. A observação dessas conversas incidia sobre a forma como os jovens relatavam suas experiências no dia a dia.

Assim, fazendo um recorte do estudo que provocou a investigação para pensar o tema da pesquisa aqui proposta, defino, como preocupação inicial, perceber como os jovens da comunidade Santa Filomena, localizada no bairro Jangurussu se articulam ao processo de ocupação dos espaços públicos de sua comunidade, e como a divisão da sociedade entre classes sociais interfere na construção de identidades juvenis.

Diante das inquietações levantadas durante a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como da participação no projeto já mencionado, os estudos indicam a existência de uma cultura de resistência de jovens nos bairros de periferia (DIOGÉNES, 2008), o que não é diferente na comunidade Santa Filomena. Então, interessa-nos conhecer suas formas de organização no projeto “Meninos de Deus”.

Para discutir tais questões, alguns elementos de análise precisam ser apresentados inicialmente, compreendendo a importância dos aspectos macro e microsociais na composição da realidade, a fim de que nos capítulos subsequentes, possa estabelecer a relação de fenômenos com as categorias aqui apontadas.

JUVENTUDES E CLASSES SOCIAIS – PARA CHEGAR AO PERCURSO METODOLÓGICO

Compreender as diversas formas de representação da juventude, bem como seus anseios, necessidades, pautas reivindicativas perpassa por compreendermos onde esses jovens estão inseridos, a luta de classes que se apresenta de forma latente no cotidiano, principalmente, dos jovens negros, pobres e periféricos.

No livro *Estado e a Revolução*, Lênin apresenta alguns pontos referentes ao Estado e o seu real papel na luta de classes, trazendo para análises nomes como Marx e Engels, que a partir das inúmeras interpretações faz compreender que o Estado nada mais é que uma necessidade criada para submissão de uma classe por outra.

Assim, afirma Lênin ao citar Engles:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é tampouco, “a realidade da Ideia moral”, nem a “imagem e a realidade da Razão”, como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Logo, o Estado se utiliza de mecanismos para se manter e fortalecer, diante da lógica capitalista para a sustentação da burguesia e seus feitores, em detrimento dos trabalhadores, que estão cada vez mais explorados e oprimidos, que vendem sua força de trabalho para a sobrevivência. Atualmente, cerca de sete milhões de pessoas, que compõe 1% mais ricos do mundo, ficam com 82% de toda riqueza global gerada. Enquanto, a metade mais pobre da população, 3,7 bilhões de pessoas, não obteve nada. Tendo em vista que esses dados são referentes às riquezas geradas em 2017.

É importante percebermos que a existência humana é definida pelo trabalho, que se caracteriza por ser a atividade transformadora do homem de acordo com as necessidades, podendo ser subjetivas e objetivas. No entanto, o capital se apropria e gera o trabalho alienado, que como nos apresenta Kuenzer (2010):

Esta alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do ângulo subjetivo, a alienação significa o não reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em

contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz a força de trabalho como mercadoria; o produto do trabalho se traduz em puro meio de subsistência e não em atividade vital; o operário é separado do seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista. (KUENZER, 2010, p. 33)

Tais elementos gerais auxiliam na compreensão de como a sociedade se molda e como os seres sociais estabelecem suas relações, sejam elas de trabalho, serviços, afetivas, espirituais, dentre outros. Compreender e perceber como o Estado se molda, como o grande capital se apropria do trabalho e das relações estabelecidas nesse, faz com que se possa observar as novas gerações massacradas pelo sistema. Quem são os novos jovens? Quem está na periferia do capital? Quem são as pessoas que trabalham? Se paga o trabalho, mas não se divide a riqueza.

Ao propor ter como objetivo o estudo dos jovens, em sua maioria, negros, de periferia, baixa renda, em uma das cidades mais violentas do mundo e quais as estratégias utilizadas por eles para a ocupação dos espaços públicos e privados que lhe são negados. Assim, é apresentada de forma clara uma questão de classe, que impossibilita de homogeneizar as juventudes.

Os jovens que serão apresentados ao longo do texto enfrentam, cotidianamente, questões relacionadas à opressão, discriminação, segregação social, dentre outros aspectos, situação esta, que jovens moradores de bairros mais nobres não sofreriam. Por exemplo, em ações simples, como utilizar o transporte coletivo, o horário que se anda na rua, as roupas que vestem, a forma como se comunicam.

Como será exposta mais adiante, a juventude, para além de uma questão etária, momentos biológicos, de construção e identidade é também um momento social, de estabelecimento das relações, que são mediadas de acordo com o meio em que estão inseridos. Ao afirmar que a juventude é igual, acaba-se por desconsiderar a individualidade construída dentro de um coletivo, coletivo esse que na atual estrutura social, apresenta-se desigual.

Mas, por que a juventude pobre? Quando a extrema desigualdade econômica, social, de formas de acesso, as diversas formas de violência são apresentadas (físicas, psicológicas, materiais), quando a negação da utilização dos espaços públicos é latente, e tais fatores se apresentam de forma cotidiana, é necessário se criar estratégias e ações para que se tenha uma situação de ruptura com algum desses fatores. Para isso, observaremos, quais são essas estratégias utilizadas pelos jovens, para se inserirem ou tentarem estar em um meio social do qual desejam expressar o ser jovem.

Atualmente, no Brasil, de acordo com o censo de 2010, cerca de 11.425.644 pessoas (o que representa 6% da população brasileira) vivem em “aglomerados subnormais”, nome dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as favelas, ocupações e comunidades do país. A Região Nordeste é a segunda maior em números de moradores de comunidades carentes, contando com 3.198.061 de pessoas ou 28,7% do total nacional. Já no Ceará, especificamente na sua capital, Fortaleza, cuja população alcança 2,5 milhões habitantes, esse número chega a 396.370 pessoas, sendo a segunda capital do Nordeste em número de comunidades, ficando atrás de Salvador, que possui 882.204 mil.

Em termos administrativos, os bairros da cidade são distribuídos e vinculados a Secretarias Executivas Regionais (SER). A comunidade Santa Filomena aqui estudada compõe o bairro Jangurussu, que está inserido, com Conjunto Palmeiras, Curió, Parque Santa Maria, Dias Macedo e mais 25 bairros, na Regional VI.

Pode-se observar que as Regionais V e VI além de serem as mais populosas, apresentaram os maiores percentuais em termos de população total e de pessoas na extrema pobreza. Além do mais, do total de pessoas nessa condição em Fortaleza, mais de 56% concentra-se nessas localidades. (Perfil da juventude em Fortaleza: Aspectos socioeconômicos a partir dos dados do Censo de 2010).

De acordo com os dados trazidos pelo censo, o Ceará possui 718.613 pessoas no grupo de 15 a 29 anos, sendo 29,3% da população de Fortaleza e 28,8% do restante do estado. Em Fortaleza esses números são divididos em grandes bairros, destacando-se os cinco primeiros, por possuírem o maior número de indivíduos neste grupo etário. São eles: Barra do Ceará (22.577), Mondubim (22.306), Vila Velha (17.836), Granja Lisboa (16.033) e Jangurussu (15.196). Esses bairros também correspondem aos mais populosos da capital.

Essas localidades, tomadas de forma conjunta, têm uma população de 487,9 mil pessoas, o que representa quase 20% da população total de Fortaleza. Entretanto, somente esses 10 bairros aglomeram 46,9 mil pessoas na extrema pobreza, quase 35% do total das pessoas nessa condição, o que sinaliza uma grande desproporção entre a população existente nessas localidades e o total de pessoas na miséria. (CEARÁ, CENSO DE 2010)

Esses dados e a solicitação dos próprios jovens da comunidade Santa Filomena aos membros da comunidade acadêmica – estudantes, professores e demais interessados – durante uma aula da disciplina Educação e Movimentos Sociais, ministrada pela professora Sonia Pereira, foram propulsores para conhecer a localidade de atuação do Projeto Meninos de Deus, e como é fomentada a luta diária dos jovens da comunidade e de educadores sociais em prol da garantia dos direitos básicos, como o direito à saúde, ao lazer; garantia da manutenção e acesso

aos aparelhos culturais que dialoguem com suas necessidades e interesses.

São essas algumas das indagações que norteiam a necessidade de conhecer a comunidade e seus jovens, cuja realidade é cercada de violência e negação, que impulsiona o desejo de ouvir e observar, para de alguma forma contribuir com a produção de um conhecimento que contemple as reais necessidades dessa população.

A pesquisa *Ocupar e Resistir: A utilização dos espaços públicos da Comunidade Santa Filomena, no Jangurussu, pelos jovens moradores do bairro*, se propôs a trabalhar tanto com o procedimento metodológico de levantamentos bibliográficos, bem como utilizando instrumentos metodológicos como a entrevista e a observação participante, caracterizando uma pesquisa qualitativa.

No entanto, não se pode restringir a pesquisa qualitativa ao fato de realização de entrevistas, recolhimentos de dados, dentre outros processos metodológicos. Ludke, Menga (20015) auxilia na compreensão sobre a pesquisa qualitativa ao caracterizar cinco pontos bases para configurar esse tipo de estudo. Primeiro, a pesquisa deve possuir o ambiente natural como fonte direta de dados, tendo o pesquisador como principal instrumento. Segundo os dados coletados são predominantemente descritivos. Terceiro, A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. Quarto, o “significado” que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Por fim, a análise de dados tende a seguir um processo indutivo, ou seja, não se busca procurar evidências diante das hipóteses apresentadas antes do início do estudo do caso.

A pesquisa se guiou por um caráter em que, o problema é redescoberto no campo, ou seja, se deve evitar a definição rígida das hipóteses. Como nos auxilia no pensamento, Menga (2015) afirma que o pesquisador deve realizar a maior parte do trabalho de campo pessoalmente, para que a experiência direta com a situação em estudo seja realizada.

O trabalho de campo deve durar pelo menos um ano, no entanto, por questões diversas a presente pesquisa não teve o tempo necessário de um ano, o que acarretou na dificuldade em inúmeros processos de colhimento de dados, durando 3 meses. No qual se combinaram vários métodos de coleta, mas sendo os básicos, entrevista e observação, que foram utilizados na referida pesquisa. Por fim, esta pesquisa contém uma grande quantidade de dados primários.

Assim, o autor Geraldo Romaneli (1998), nos presenteia com alguns esclarecimentos, ao discutir essa relação sujeito e pesquisa em seu artigo “A Entrevista

Antropológica: Troca e Alteridade”, que fala sobre a importância do diário de campo, da coleta de dados, e das conversas com seus sujeitos, enfatizando, *o constante exercício do estranhamento*, pontuando algumas diferenciações como a *observação participante* e a *participação observante*.

Logo, para que a observação seja realizada de forma correta e válida para a pesquisa, a observação precisa ser controlada e sistematizada, realizada através de planejamentos e preparação rigorosa.

Como supracitado, a observação se dá de diversas formas na abordagem qualitativa, podendo ser apresentada de várias formas, dentre elas a observação direta, que permite que o observado/pesquisador esteja mais perto da “visão” do sujeito.

Para isso, se tem uma variação nos métodos de observação, desde a questão sobre o grau de participação até as formas desta participação. A abordagem aqui escolhida será a observação participante, que tem sua tradição na antropologia e na sociologia. Segundo Denzin (1978), essa é uma estratégia que combina com a análise documental, entrevista, a participação, observação direta e até mesmo a introspecção.

Compreender esses aspectos diante da observação é analisar que a observação participante também não se dará apenas por uma escolha, ser ou não participante, ela ocorrerá mediante o contato, a aproximação com os sujeitos, podendo ser realizada de forma gradual, tanto para maior ou menor envolvimento com os observados.

Com isso a observação participante se apresenta de quatro formas, sendo elas: participante total, participante como observador, observador como participante e observador total. A primeira, o observador não revela sua identidade de pesquisador, nem tampouco seu objetivo de pesquisa, buscando torna-se membro daquele grupo, para alcançar um olhar mais próximo dos sujeitos. A segunda, o pesquisador apresenta apenas algumas de suas intenções de pesquisa, podendo observar além do que foi dito para os sujeitos.

A terceira, e utilizada pela pesquisa, é a do observador participante, tem a identidade do observador revelado, bem como seus objetivos de pesquisa, com isso, ele pode ter acesso aos diversos materiais, mas sempre pedindo a cooperação do grupo, aceitando o controle diante do que pode ser publicado ou não de acordo com os sujeitos investigados. Por fim, se tem a observação total, em que não há interação com o grupo.

Outra forma metodológica utilizada nessa pesquisa é a entrevista, pois, diferentemente de outras técnicas essa permite a captação imediata de informações. Mas, assim

como a observação existem formas de serem aplicadas e organizadas.

Observa-se a existência de, no mínimo, três formas de organização de entrevistas, são elas, a não estruturada, que permite a liberdade de recursos, que fluirão de forma natural e autêntica. A entrevista padronizada/estruturada, quando o entrevistador deve seguir um roteiro, na mesma sequência. E por fim, e utilizada na pesquisa, a semiestruturada, onde é feito um esquema base, que será aplicado de forma natural, sem sequências com o entrevistado, proporcionando assim uma aproximação, bem como o fluxo natural da conversa, o que pode gerar no surgimento de novos elementos.

Com esses recursos, o trabalho inicial se realizou mediante o recolhimento e estudo de referências bibliográficas. Em seguida, a partir de um contato prévio foram realizadas entrevistas com cinco jovens, moradores do bairro e diários de campo, além de observações participantes com os jovens da comunidade Santa Filomena, no bairro Jangurussu, possibilitando assim, o conhecer das formas de resistência e ocupação dos espaços públicos por esses jovens.

As entrevistas foram realizadas de forma individuais, com cinco jovens, já as observações ocorreram nos espaços coletivos, por eles utilizados, bem como momentos de interação, tempo em que os sujeitos estão de forma “livre”.

Assim, esta dissertação se organiza em capítulos, em que o primeiro tratará de questões referente à categoria juventude, bem como suas especificidades, o que acarreta o debate entre juventude x juventudes. Como se caracteriza a juventude de periferia e as questões que permeiam seu extermínio no Brasil e no Ceará. Perpassando pela historicização da criação das políticas públicas para juventude. O que são? Como surgiram?

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar e caracterizar as políticas públicas para juventude no Brasil e como elas se estabelecem na forma de organização econômica, por vezes através do empresariamento das mesmas.

O terceiro capítulo tem a perspectiva de apresentar quem são os Meninos de Deus e os jovens moradores do bairro, como esses jovens vivem a cidade. Como são utilizados os espaços públicos da comunidade? Como é realizado o processo de resistência para ser jovem na periferia? Bem como as suas perspectivas de futuro e sonho.

2 JUVENTUDE POBRE: ENTRE O EXTERMÍNIO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 O Extermínio da Juventude pobre e negra

De geração em geração. Todos no bairro já conhecem essa lição. O cano do fuzil, refletiu o lado ruim do Brasil. Nos olhos de quem quer. E me viu o único civil rodeado de soldados. Como seu eu fosse o culpado. No fundo querendo estar. A margem do seu pesadelo. Estar acima do biótipo suspeito (Tribunal de Rua – O Rappa)

O trecho da música acima, *Tribunal de rua*, cantada pela banda carioca O Rappa traz algumas reflexões referente ao ser jovem, negro, pobre e de periferia, bem como que consequências isso traz para a vida do jovem, que vive, assim como a música apresenta, uma estereotipação, por carregar historicamente as marcas da sua raça e classe social.

A música continua com o seguinte trecho, *“Eu ainda tentei argumentar, mas tapa na cara pra me desmoralizar. Tapa na cara pra mostrar quem é quem manda...Era só mais uma dura, resquício de ditadura, mostrando a mentalidade de quem se sente autoridade nesse tribunal de rua”*. Tendo esse trecho como aporte, podemos observar que o Estado se apresenta nas ruas periféricas como o chefe, o que está com o controle e poder da lei, a polícia, braço institucional, se torna o tribunal, o juiz e julga. Na maioria dos casos, sem grandes embasamentos.

Compreender a extensão territorial do Brasil, suas diversas manifestações culturais, bem como sua constituição multirracial não torna o país menos racista, e desigual socialmente. Tendo em vista que, o Brasil, historicamente foi o último país a acabar com o tráfico negro, o que gera consequências brutais na atual configuração social.

Atualmente, segundo dados retirados do Jornal Folha de São Paulo, 2017:

A população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. O Atlas da violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que homens, jovens, negros, e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, porém, vimos cada vez mais o aumento da violência contra as mulheres negras. Atualmente, de cada cem pessoas assassinadas no Brasil 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chance de 23,6% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontando o efeito da idade, escolaridade, sexo, estado civil e bairro de residência. (ANJOS, 2017).

Porém, esses jovens carregam sonhos, medos, vontades, angústias, que não podem ser apresentados em dados, nem tampouco visto pela maioria das pessoas. São sonhos interrompidos, são desejos e vontades que são tolhidos antes de quererem ser. Ser jovem, negro e pobre no Brasil é perigoso.

O grupo Geledes, em uma de suas publicações explicita que:

Os números ora divulgados retratam essa realidade mortífera reiterada ano após ano. Mostram que, entre os anos de 2005 a 2015, apesar das medidas de inclusão social adotadas pelos governos Lula e Dilma, ocorreram 318 mil mortes violentas de jovens nesta faixa social que está na base da sociedade brasileira. Houve um aumento de 17,2% na taxa de homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos. O risco de um jovem negro ser assassinado, no Brasil, é 2,5 vezes maior do que os demais cidadãos. Há um genocídio da juventude negra no Brasil. E não se trata da acusação feita frequentemente pelo movimento negro. Mas pelos relatórios de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Congresso Nacional que trataram do assunto em 2015 e cuja conclusão é a amarga constatação de que o Brasil é uma nação violenta e racista. Além da dor causada pela perda de vidas, essa violência tem um custo paradoxal. Equivale a 1,5% do PIB brasileiro, valor semelhante ao aplicado em medidas de segurança que são adotadas; no total, isso significa 3% do PIB brasileiro. (GELEDÉS, 2017)

Falar sobre extermínio da juventude negra e pobre é falar de um projeto político de higienização social, como relatado anteriormente, que aparece de forma histórica na construção social de nosso país. O que acaba por gerar uma naturalização das mortes, especificamente desse grupo. Sempre atribuindo as mesmas como: “Isso é guerra entre facção”, “Isso foi bem negócio de droga”. E com essas “justificativas” o Estado utiliza de inúmeras ferramentas para combater a “criminalidade”, que tem como foco, os jovens, marginalizando-os através da violação de direitos.

Reflexo disso se apresenta no número exorbitante de presos em todo país, chegando a 726 mil presos, sendo a terceira maior população carcerária do mundo. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. Os dados não param por aí.

O sistema prisional brasileiro tem 368.049 vagas, segundo dados de junho de 2016, número estabilizado nos últimos anos. “Temos dois presos para cada vaga no sistema prisional”, disse o diretor-geral do Depen, Jefferson de Almeida. “Houve um pequeno acréscimo nas unidades prisionais, muito embora não seja suficiente para abrigar a massa carcerária que vem aumentando no Brasil”, afirmou. De acordo com o relatório, 89% da população prisional estão em unidades superlotadas. São 78% dos estabelecimentos penais com mais presos que o número de vagas. Comparando-se os dados de dezembro de 2014 com os de junho de 2016, o déficit de vagas passou de 250.318 para 358.663. A taxa de ocupação nacional é de 197,4%. Já a maior taxa de ocupação é registrada no Amazonas: 484%. (VERDÉLIO, 2017, p.2)

E complementa:

Do universo total de presos no Brasil, 55% têm entre 18 e 29 anos. “São jovens que estão encarcerados”, disse o diretor-geral do Depen. Observando-se o critério por estado, as maiores taxas de presos jovens, com menos de 25 anos, são registradas no Acre (45%), Amazonas (40%) e Tocantins (39%). Levando em conta a cor da pele, o levantamento mostra que 64% da população prisional são compostos por pessoas negras. O maior percentual de negros entre a população presa é verificado no Acre (95%), Amapá (91%) e Bahia (89%). Quanto à escolaridade, 75% da população prisional brasileira não chegaram ao ensino médio. Menos de 1% dos presos tem graduação. (VERDÉLIO, 2017, p.2)

Com isso, podemos observar quem está preso. Quem é vítima e algoz. Assim, se faz necessário a compreensão sobre o ser jovem, e as implicações decorrentes do ambiente em que estão inseridos, da raça, os fatores socioeconômicos, a escolarização, dentre outros.

A juventude não é única, ela é plural, diversa, perpassa questões étnicas, raciais, sociais e de classe. Ser jovem no Jangurussu, localizado no Santa Filomena, periferia de Fortaleza, é bem diferente do ser jovem no bairro Meireles¹. Essa mesma juventude vive na segunda capital mais violenta do país, Fortaleza, bem como a sétima do mundo, segundo dados fornecidos pela Organização Não Governamental do México, “Seguridad, Justicia y Paz”. Tal investigação é realizada mediante a taxa de homicídio do ano de 2017, considerando o número de assassinatos em proporção ao número da população do município. A ONG considerou o número de 3.270 homicídios em Fortaleza, no ano de 2017, já a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social afirmam um número de 5.134. Tal estudo, no revela também o aumento de 85% na taxa de assassinatos entre 2016 e 2017, de 44,98 para 83,48.

Consonante com DaMatta (2010) há uma transformação da individualidade em complementaridade, em que esses (jovens) mesmo se encontrando em processo de isolamento, possuem a interdependência e autonomia para a imersão na rede de relações que exercem, estabelecendo assim um modelo de plenitude social. No entanto, como exposto pelos dados, essa transição se dá de diversas formas, ao observarmos questões de raça, cor, gênero, dentre outros.

Um exemplo disso é a aproximação dos jovens com o crime organizado. O estado do Ceará entrou no ciclo de tais organizações a partir do final dos anos de 1990. Atualmente, observamos no estado as organizações como Comando Vermelho (C.V), Primeiro Comando da Capital (PCC), a Família do Norte (FDN), de origem amazonense e a Guardiões do Estado

¹ O Meireles, que surgiu por volta de 1950, construído pela classe abastada cearense, é o local que possui um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, ficando próximo até de países como a Noruega e o Japão, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(GDE), criada localmente, tais dados foram obtidos através do jornal El País (2018).

De acordo com matéria publicada pelo jornal El País, em 2016 Fortaleza vivia o momento de pacificação das periferias, onde PCC e Comando Vermelho estavam em acordo por todo país. No entanto, tal paz foi quebrada no final do ano de 2016 pelo controle de fronteiras, o que gerou alianças como GDE e PCC, Comando Vermelho e FDN.

Tais acontecimentos geraram no começo do ano de 2018, quatro chacinas na capital. A primeira ocorreu no forró do Gago, território dominado pelo Comando Vermelho, onde morreram 14 pessoas. Outra realizada no bairro Benfica. Além das mortes de figuras centrais das facções, como Petrus William Brandão Freire, de 21 anos, apontado como um dos chefes da FDN que foi morto com mais de 40 tiros, em meados de fevereiro, dois membros da cúpula do PCC, Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue, e Fabiano Alves de Souza, o Paca, também foram encontrados mortos em uma área indígena do Estado, onde a aeronave privada em que eles viajavam desceu.

O Jornal El País, traz em sua matéria as seguintes colocações:

Os enfrentamentos entre as facções rivais são frequentes na periferia de Fortaleza. E a divisão geográfica entre elas facilita isso. Às vezes, uma comunidade dominada pelo Comando Vermelho está separada apenas por uma rua de outra, sob comando da Guardiões do Estado. Na tarde de quarta-feira, 14 de março, parte dos policiais de outra base fixa colocada entre os bairros de Gereba (do CV) e Babilônia (da GDE) haviam saído para uma ronda. Tinham sido avisados que, em plena tarde, um grupo da Guardiões do Estado tentaria invadir a área do rival. Essa proximidade geográfica não apenas facilita os enfrentamentos como também dificulta a vida das pessoas comuns. Um morador da área dominada por traficantes de uma facção pode ser impedido de circular pela área da outra facção. Há regras escritas nos muros para entrar em cada território. "Ao entrar, abaixe os vidros e tire o capacete", dizem as pichações. E há olheiros do tráfico onde menos se espera, explicam os moradores. "Eles estão vendo tudo. Não posso conversar com você. Não posso nem levar uma merenda para aqueles policiais que ficam ali o dia inteiro [na base]. Se a gente fizer isso, amanhã a gente morre", explicou em um sussurro rápido um deles. Em uma escola municipal da comunidade Barroso, um dos educadores explica que a dificuldade de circular na área inimiga é um problema também para os estudantes. "No início do ano letivo, teve mãe que nos procurou para pedir a transferência do filho para outra escola. Elas viviam em uma área dominada pela facção inimiga da que manda aqui. E acabavam abordadas ao chegar nesta região no caminho para a escola. Os traficantes disseram para que elas não voltassem mais", explicou ele. (BEDINELLI, 2018).

É nesse contexto que observamos como vivem os jovens da periferia. E nos perguntamos: Quem são eles? Quais adversidades devem ser vencidas? Quem mata e quem morre nessa história? Quem são os verdadeiros culpados pelas mortes de nossa juventude? Quem põe as armas à nossa juventude? E as políticas públicas para juventudes? São perguntas e indagações que rodeiam a sociedade, que assiste e vive assustada a tudo isso.

Com isso, o debate sobre juventude, suas definições, anseios e categorizações, são essenciais para compreendermos sobre que tipo de juventude teremos enfoque, bem como suas diferenças juvenis, e como essa almeja viver a cidade e seus espaços.

Para compreendermos quem são os Meninos de Deus, precisamos conhecer as diferenças juvenis, os conceitos de juventude e alguns elementos que norteiam o entendimento sobre a Juventude negra, pobre e moradora de bairros periféricos, em grandes favelas ou comunidades.

Quem nos auxilia a pensar sobre a conceituação de juventude é a autora Glória Diógenes, quando essa nos afirma que a juventude é:

Um conceito que exige de quem pesquisa, e mais ainda de quem atua nesse campo de construção específica das políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração. Ela representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos. Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. Ela é uma invenção moderna, sendo, desse modo, “tecida em um terreno de constantes transformações” (DIÓGENES, 1998, p. 93). Nesse sentido, qualquer esforço de registro acerca de sua condição e de seus modos de atuação deve ter como referenciais as práticas, os movimentos e as esferas de sociabilidade juvenil, muito embora o senso comum continue representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, galeras e os atos de vandalismos) (KERBAUY, 2005, p. 8).

Os termos, “jovem”, “juventudes” e “juventude” foram ganhando ao longo do tempo e do contexto socioeconômico algumas ressignificações. Historicamente, esses termos eram relacionados ao momento de transição da adolescência para o mundo adulto, sendo reconhecidos meramente como um período de transição biológica. Com o avançar de algumas discussões estes termos passaram a ser vistos com mais cautela, relacionando o ser jovem diretamente à sua condição de classe social, raça e gênero.

A categoria juventude é vista como uma fase da vida, que envolve indivíduos de 15 a 29 anos, enquadrados em um grupo socialmente homogêneo (ESTEVEZ E ABRAMOVAY, 2009).

Já a classificação de juventudes, refere-se à condição juvenil, grupos juvenis, onde há em torno do ser jovem algo que os une, como: a faixa etária, o momento biológico e a vivência de um determinado período da vida, mas não se restringe a isso. O termo juventudes engloba uma série de fatores sociais ao identificar que as formas de ser jovem são afetadas

direta e concretamente pelas condições materiais, como o dinheiro, a saúde, educação, o trabalho, o lazer, a moradia, dentre outros. (ESTEVES E ABRAMOVAY, 2009).

2.2 Juventude pobre, educação e mundo do trabalho

Compreender o meio político, econômico e social, bem como as configurações que o mundo do trabalho ganhou a partir da reestruturação produtiva e as formas de dominação do modelo neoliberal, faz compreender a precarização da juventude negra, utilizando essa como exemplo das inúmeras outras formas de situações vulneráveis ao qual o sistema neoliberal aprofundou as contradições das classes sociais e suas representações, na busca por educação, trabalho, moradia e acessibilidade.

A reestruturação produtiva se apresenta na metade do século XX, como uma forma de flexibilização do trabalho, em uma alternativa ao modelo fordista/taylorista de produção. Em termos gerais, os trabalhadores passaram a executar mais de uma função no mesmo ambiente empresarial, de acordo com o ritmo do mercado.

Tal processo, foi implementado no Japão, toyotismo, na década de 1970, e no restante do mundo o modelo consolida-se na década de 1980-1990, como no caso do Brasil.

Montenegro (2007) nos auxilia na reflexão quando afirma que:

A era da acumulação flexível promove uma nova etapa do capitalismo mundial que tem como corolário a mundialização do capital. Agora “os agentes do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital- dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria” (Alves: 2005, p. 20), pois esta é a forma encontrada por estas corporações de enfrentar a concorrência internacional e se apropriar do máximo valor produzido. Neste sentido o capital pode ser considerado como o “sujeito” da modernização capitalista (Alves, 1996). Para Teixeira, o atual momento de expansão da acumulação capitalista encontra barreiras estruturais intransponíveis, o capital “bateu no teto”, e tal evidência empírica pode ser encontrada em alguns fenômenos como a “ Centralização do capital; Financeirização da riqueza; Predomínio crescente da produção de descartáveis; Elevação das taxas de desemprego; Precarização da força de trabalho” (TEIXEIRA: 2005). (MONTENEGRO, 2007, p.3)

E complementa:

O processo de reestruturação produtiva (iniciado por volta da década de 70) como resposta à crise do sistema fordista aliado ao processo de globalização (mais perceptível a partir dos anos 80) encontram na doutrina neoliberal seu mais adequado invólucro ideológico de sustentação política. (MONTENEGRO, 2007, p.4)

A reestruturação produtiva encontrou no neoliberalismo a âncora para se alastrar no mundo, através de pontos como o livre comércio, a exaltação do mercado, a concorrência, bem como a liberdade das iniciativas empresariais. Durante o Consenso de Washington² os pontos básicos para uma expansão neoliberal por toda a América Latina foram apresentados.

A combinação reestruturação produtiva e neoliberalismo, geram consequências danosas para os filhos da classe trabalhadora, que passam a “ser geridos” por uma ordem social de desregulamentação do trabalho, precarização dos serviços, financeirização da economia, onde haja pouca interferência do Estado, numa tentativa de articulação e retorno de domínio da economia mundial, em um cenário pós-Guerra Fria.

Logo, como nos auxilia no pensamento Saraiva (2015, p.26)

Diante da nova configuração do capitalismo promovida pela reestruturação produtiva, acompanhada da financeirização econômica e do neoliberalismo como expressão política, o proletariado fabril se restringe e a classe trabalhadora incorpora a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho (ANTUNES e ALVES, 2004, p.342). A maioria desses assalariados que vendem a sua força de trabalho se inserem nos empregos terceirizados, subproletarizados e temporários, compondo o que Giovanni Alves (2005) denominou de o novo (e precário) mundo do trabalho. Assim, apreendemos o neoliberalismo como a expressão político-econômica, no plano da organização do Estado e de sua relação com a economia, substituindo o Estado providência, como a resposta do capital para a crise pós-Era de Ouro, articulada às relações de intensificação e precarização do trabalho com a expansão do setor de serviços privados e privatizações de empresas estatais. Este, teve como principais expoentes os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e Helmut Kohl na Alemanha, desde o final dos anos 1970, além de uma experiência anterior no Chile de Augusto Pinochet. (Saraiva, 2015, p.26)

Com isso, é inegável perceber como os grandes detentores do capital se articulam em relação aos meios de produção para dominação mundial, bem como essas ações irão atingir a classe trabalhadora, fazendo-a vender sua força de trabalho cada vez mais barata e de forma

² “O Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. Em linhas gerais, não foi preconizada nenhuma medida “inédita” durante o Consenso de Washington, que recebeu esse nome do economista John Williamson em função de sua ampla aceitação pelos países da América Latina, exceto, até então, Brasil e Peru. As ideias desse encontro – tidas como um “receituário”, e não como uma imposição – já eram proclamadas pelos governos dos países desenvolvidos, principalmente EUA e Reino Unido, desde as décadas de 1970 e 1980, quando o Neoliberalismo começou a avançar pelo mundo. Além disso, instituições como o FMI e o Banco Mundial já colocavam a cartilha neoliberal como pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos e cooperação econômica. O objetivo dos pontos dessa reunião, segundo o próprio John Williamson, era o de “acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda”. Dessa forma, as recomendações apresentadas giraram em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico”. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>

ainda mais flexível.

Alguns autores como Antunes (2005), Alves (2015) nos farão refletir sobre a estruturação dessas formas de organização econômicas e sociais, e o papel da classe trabalhadora diante da atual conjuntura. Assim, nos auxilia nesse pensamento, Saraiva ao retratar que:

Para Antunes, as transformações e metamorfoses do capitalismo proporcionaram a diminuição do operariado fabril e sua conseqüente migração para o setor de serviços. No entanto, o aumento significativo no setor de distribuição de mercadorias ainda significa dependência com relação aos setores de produção destas. O trabalho nas grandes indústrias e fábricas não se extingue, ainda que exista uma drástica diminuição de trabalho vivo nesses setores, “o trabalhador ainda supervisiona os processos produtivos em máquinas computadorizadas” (ANTUNES, 2005, p. 56). Outra conceituação que designa o novo mundo do trabalho, parte do sociólogo Ruy Braga, que em seu recente estudo “A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista” (2012), define como precariado as camadas de trabalhadores pauperizados, em oposição à definição de subproletariado apresentada pelo economista e sociólogo Paul Singer e desenvolvida posteriormente por André Singer, por eles considerada como população 26 estagnada, uma vez que em suas perspectivas, não possuíam condições para reivindicações coletivas. Ricardo Antunes divide a periferia da força de trabalho em dois subgrupos: os empregados de tempo integral, que se caracterizam pelo trabalho manual pouco especializado e rotineiro, como secretários ou empregados do setor financeiro. Já o segundo subgrupo apresenta empregados em tempo determinado, temporários, empregados casuais e “pessoal com subcontratação e treinados com subsídio público” (SARAIVA, 20015, p.25)

Logo, ao observar como se divide a periferia da força de trabalho, e a que os filhos da classe trabalhadora estarão expostos, a dualidade se apresenta em todos os setores, o que não poderia ser diferente em relação ao acesso dos jovens, negros e de periferia à educação, tendo o panorama exposto como plano de fundo.

O que nos alerta para a compreensão de que a organização educacional também se pauta no modelo neoliberal, e de flexibilização do trabalho.

Tomando como base o autor Demerval Saviani, em sua obra História das Ideias pedagógicas, este nos aponta uma cronologia referente à história das tendências pedagógicas, bem como os modelos e as legislações que as regiam ou não. Com isso, percebemos que a legislação brasileira acompanha os modelos de produção vigente, sendo estabelecida de acordo com tal, bem como as ideias e tendências pedagógicas.

Logo, percebemos que, durante o período Colonial, que tínhamos a economia agroexportadora, bem como uma sociedade predominantemente escravista, a educação não era vista como prioridade, pois naquele período não era de interesse termos pessoas capacitadas para a realização de atividades que necessitassem de um acúmulo de conhecimentos

sistematizados.

Porém, é com a presença dos jesuítas que percebemos o início de uma tentativa de “escolarização”, através da catequese, no entanto, não existia nenhuma lei que garantisse a necessidade de se ter qualquer nível de instrução. As ideias jesuíticas permanecem no Brasil até meados de 1700, quando passamos a sofrer influências das ideias iluministas, bem com a estruturação e disseminação do ideário burguês, culminando na expulsão dos jesuítas.

A partir disso, e já no período imperial, após a independência, na Constituição de 1824, tivemos o indicativo de garantia de uma “instrução primária e gratuita” além de mencionar que deveriam ser ensinados os elementos de ciências, belas letras e artes nos colégios e universidades. Porém, o apontamento referente a gratuidade do ensino não foi atendido pelo Estado, tornando-se responsabilidade das províncias e grandes centros.

Logo, tivemos inúmeras leis referentes à educação, em 1827 foi promulgada a lei que determinou a criação de escolas em todas as vilas, lugarejos. Em 1854, D. Pedro II reformula o ensino, padronizando o ensino primário, com duração de quatro anos.

Com a proclamação da República, a única afirmação que se tinha é que a Educação deveria ser laica. Nesse período, para ter direito ao voto era necessário ser alfabetizado. Como, o Estado havia se desobrigado da gratuidade do ensino, os grandes coronéis aproveitavam tal lacuna para estabelecer o “incentivo as primeiras letras”, em que os trabalhadores teriam que aprender a assinar seus nomes para poderem votar.

Dando um salto para a década de 1930, temos a presença de um ideário de universalização da educação, logo, influenciado por um modelo de produção industrial. Nesse período, observamos a necessidade de criação de uma nova mão de obra, agora capaz de operar máquinas.

Com a Constituição de 1934, implantada durante o Estado Novo de Vargas, há a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, que em 1937 se chamaria ministério da Educação e Saúde. Tal constituição sofre forte influência do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, nas figuras de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

Nos anos que seguem 1946 até início da década de 1960, temos a interferência de um modelo populista desenvolvimentista, de forte interferência do capital estrangeiro, com isso, observamos alguns avanços em termos de políticas educacionais, como podemos observar na Constituição de 1946, em que temos os indicativos e encaminhamentos para criação de uma

LDB, que sofre com um anteprojeto, vindo do Ministério da Educação, em nome de Lourenço Filho.

Perpassando esse período, temos como marco o golpe de 1964, que traz em seus ditames uma política tecnicista e de necessidade de mão de obra rápida e de baixo custo, além de promover o afastamento dos jovens dos grandes centros culturais e universitários, numa tentativa de cerceia as movimentações políticas.

Como nos aponta SAVIANI (2012), temos na Constituição de 1967 a Reforma do Ensino Superior (Lei n. 5.540/68), bem como a Lei 5.692/71, com a tentativa de profissionalização universal do ensino do 2º grau, além da tentativa de durante a ditadura militar ser implantadas orientações pedagógicas no ensino diante das diretrizes realizadas pelo acordo MEC – USAID, centrada em eficiência e produtividade.

Dando um avanço para o período histórico conhecido como redemocratização, percebemos que a Constituição de 1988 traz várias seções em termos de redação sobre a educação. Tendo entre elas a garantia da gratuidade do ensino, a inserção do termo referente à gestão democrática, à mudança referente ao financiamento da educação. Apontamentos para a produção de uma nova LDB, dentre vários outros direitos postos na nova Constituição.

Após esse breve histórico acerca da Educação Brasileira, analisamos que essa não se deu de forma isolada, sendo configurada com um bloco mundial participante das ideias globais, na atualidade sendo configurada pelos organismos multilaterais, tendo em seus principais representantes o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, dentre outros organismos.

Logo, as reformas educacionais executadas em vários países coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, que passava por um processo de reestruturação, ou seja, uma modificação nos processos de produção, livre funcionamento de mercado e redução do papel do Estado.

Com isso, há uma inserção de ações no ramo da Educação a ser vista no quadro dos ajustes e estabilização, defendida pelos organismos multilaterais. O que ocasionam em demandas tecnocráticas e econômicas, que acabam por desconsiderar as implicações social e humana.

No Brasil percebe que tais reformas a partir da década de 1990, com o governo do então presidente Collor de Melo e, em seguida, aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, como já mencionado, existe a aprovação de planos decenais, da LDB 9.394/96,

dentre outras normas e resoluções que guiarão a educação brasileira.

Através desses documentos e planos observa-se uma tendência à privatização, descompromisso com o ensino público, bem como a precarização dos espaços e do trabalho docente, numa tentativa de sucateamento para o incentivo à privatização.

Ao longo da história e aprofundamento do modelo neoliberal, se concretizam ações de políticas educacionais ainda mais fortes sendo regidas pelos organismos multilaterais.

Porém, não podemos ser ingênuos de acreditar que a LDB, assim como outras políticas da educação, não foi criada para fomentar alguns interesses de organismos multilaterais. Durante os processos da LDB temos o apontamento para a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), porém, esse devia ser concebido de acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos.

O primeiro PNE é iniciado no ano de 2001, no entanto, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva/PT em 2002 e sua posse em 2003, outras políticas são apresentadas, como o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), PROUNI, REUNI, Novo ENEM, ENADE, dentre outras.

Somente em 2010, na Conferência Nacional de Educação (CONAE) um novo PNE é pensado, porém só é sancionado no ano de 2014. O PNE possui 20 metas, das quais quatro se referem ao incentivo da feitura de uma Base Nacional Comum Curricular.

Apresentando de forma sucinta o panorama da educação brasileira e o interesse com os quais as políticas educacionais são implementadas, percebemos que, o intuito maior de tais políticas, não é que a escola/universidade sejam propagadores de conhecimentos historicamente adquiridos pelo conjunto da humanidade, mas sim formar mão de obra trabalhadora de acordo com o modo de produção vigente.

Como nos afirma Enguita, em seu livro *Face Oculta da Escola*, a escola possui uma autonomia relativa. Ou seja, apesar dos organismos multilaterais ditarem o que deve ser posto e quais políticas precarizadoras devem ser implantadas, a contradição é existente e é essa que nos faz pensar em uma educação emancipadora e para além do capital.

Pensar em crise da educação no Brasil é pensar, ainda que rapidamente, sobre políticas que sofrem interferências de bancos, que são mal administradas e como são geridas pelo Estado, a forma de distribuição de financiamentos, é pensar no chão da escola, na precarização da vida de estudantes e professores. Mas é pensar também, que a educação é

possível de mudança, ainda no modelo capitalista.

Pensar em uma educação que em suas contradições de reprodução da ideologia burguesa nos permite organizar de outra forma a partir da precariedade, do real e material. Fazendo-nos refletir sobre uma educação completa, dinâmica e emancipatória.

Para além de compreender como os organismos multilaterais atuam e como esses interferem na organização escolar brasileira e mundial, precisamos atentar para uma sociedade dividida em classe.

Com o advento da propriedade privada, o trabalho passa a se configurar de outra forma, ou seja, passa a ser exercido pelos que são desprovidos dos meios de produção e terra. Desse modo, aqueles que não possuem terra e meios de produção terão que vender sua força de trabalho, para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência.

A partir desse processo de divisão da sociedade entre classes, todas as estruturas de organização social serão baseadas nessa característica. Logo, quando a escola é instituída, acaba por privilegiar as classes dominantes (detentoras dos meios de produção). Observamos no Manifesto do Partido Comunista (2010) que:

A história de todas as sociedades até o presente é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial – artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travando uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrocada comum das classes em luta. (MARX E ENGELS, 2010. p. 56)

Logo, aos filhos dos trabalhadores restou apenas a educação profissional, voltada para a labuta, o saber fazer, a inserção no mercado de trabalho, para compra e venda de mão de obra barata. Enquanto para os burgueses existe a manutenção dos estudos e o trabalho intelectual, como nos fala Nosella (1995), “a escola do fazer” e a “escola do dizer”.

Perceber a história da educação como um dos pontos que auxiliarão o modo de compreensão de como o capital se articula para direcionar os filhos da classe trabalhadora, para o mercado de trabalho, torna-se claro quando observamos que:

Segundo os mesmos autores, com a lei que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus (Lei n.º 5.692/1971), aprovada no seio da ditadura militar brasileira, a educação profissional passou a ser ministrada em escolas da rede regular de ensino – e não mais apenas em estabelecimentos especializados –, além de ser tratada como uma das finalidades do ensino médio. O currículo trazido por essa lei foi dividido em duas partes: um núcleo comum e uma parte de formação especial. [...] Instituiu-se, com a Lei n.º 5.692/1971, a profissionalização compulsória, universal e obrigatória para o ensino de 2.º Grau, definindo a lei, em seu art. 6.º, que “[...] as habilitações profissionais [...]” pudessem “[...] ser realizadas em regime de cooperação com as

empresas” (BRASIL, 1971, p. 3). Na compreensão de Kuenzer (1992, p. 18), esta lei objetivava a “[...] articulação entre educação e trabalho nos moldes da Teoria do Capital Humano⁷, expressa na proposta de unificação através da obrigatoriedade da qualificação profissional” ainda no ensino médio. Com isto, “[...] a educação passou a ser concebida como instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da força de trabalho, de que decorreria a maximização da produção e a redistribuição da renda” (KUENZER, 1992, p. 42-43) [...]A obrigatoriedade da profissionalização no ensino médio acompanhava a reeditada homilia da “modernização” e do ajustamento da economia nacional, centrada na qualificação da massa trabalhadora para os empregos de menor cotação social.

Tal, medida foi extinta, mas seu ideário continua sendo lógico no modelo brasileiro de educação. Formar cidadãos “qualificados”, que sejam baratos para a manutenção e criação de novos mecanismos dentro do crescimento neoliberal, é essencial.

Por isso, aos filhos da classe trabalhadora sobre o Ensino Técnico, através da criação de cursos, e de programas como Pronatec³, ou através das escolas profissionais, que tem sido, no estado do Ceará, umas das principais marcas de governo nos anos de 2014-2018.

Implantadas no estado, desde 2008, as escolas profissionais chegam ao número de 119 escolas, que se organizam em tempo integral, integrando o ensino médio com a educação profissional, os referentes dados são retirados do site do Governo do Estado do Ceará, e complementam ao informar que:

O currículo desenvolvido nessas escolas é composto por disciplinas da base nacional comum (currículo do Ensino Médio), da formação profissional, além de uma parte diversificada, que abrange componentes curriculares como: Empreendedorismo, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Formação para a Cidadania, Projetos Interdisciplinares, Horários de Estudo e Língua Estrangeira Aplicada. A carga horária total trabalhada ao longo dos três anos do ensino médio integrado à educação profissional é de 5.400h

Assim, são jovens, que cada vez mais, cedo estão se inserindo no mercado de trabalho, pois necessitam sobreviver. Ao longo do texto perceberemos que, uma das fases que demarca a vida desses jovens é o ingresso no mercado de trabalho. Em Fortaleza, segundo dados obtidos no Censo Demográfico de 2010, “[...] o número de jovens que pertenciam à PEA (População Economicamente Ativa) representava aproximadamente 441,6 mil jovens. Destes, 380,6 mil estavam ocupados, enquanto que aproximadamente 61 mil estavam desempregados”.

Como mencionado, a definição de juventude se faz mediante alguns parâmetros, quais sejam a faixa etária; a transição da adolescência para a vida adulta; e a própria inserção

³ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da [Lei nº 12.513](#), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>

no mundo do trabalho. Esses são, assim, alguns dos elementos que definirão para quem as políticas públicas serão aplicadas, onde os recursos financeiros serão encaminhados, dentre outros aspectos.

Ao observar alguns dados, verifica-se que as regionais com maior número de jovens inseridos no mercado de trabalho, na faixa etária de 15 a 19 anos são as SER V, I e VI, respectivamente com 39,5; 35,4 e 34 mil jovens; essas regionais são lideranças também nos números de jovens de 20 a 24 anos. Além disso, “13,8% dos jovens que vivem em Fortaleza estavam desempregados, segundo os dados censitários. A taxa de desemprego é menor entre os que possuem de 25 a 29 anos (8,3%) e maior entre os que possuem de 15 a 19 anos (26,1%)”.⁴

Mediante esses números pode-se inferir que os jovens passam a ter que “decidir”, por vezes, entre o mundo da escola e o mundo do trabalho, além de ter uma parcela de jovens que também opta por não “escolher” nenhuma das alternativas postas.

Como nos apresenta o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará),

Ao investigar a alocação entre atividades de trabalho e estudo dos jovens tem-se que 24,6% destes se dedicam exclusivamente aos estudos e 12,6% declararam que estudam e trabalham. Entre o grupo de 15 a 19 anos o percentual dos que se dedicam apenas aos estudos é de 57,1% e 12,7% estudam e trabalham. O percentual de jovens que apenas trabalham é de 40,4%. Como era de se esperar, esse percentual era maior entre os que possuíam entre 25 e 29 anos de idade. Entre os que tinham entre 15 e 19 anos de idade esse percentual era de 17,6% e de 26% entre os que tinham de 20 a 24 anos. (IPECE, 2013, p. 15).

Outro elemento que nos chama atenção é que:

O trabalhador jovem branco apresenta uma escolaridade de 10,7 anos e uma experiência de 3,2 anos, enquanto o conjunto das demais cores apresenta em relação ao branco, uma escolaridade menor e uma experiência mais elevada, respectivamente 9,6 anos e 4,3 anos. [...] por fim, os jovens com idades entre 18 e 24 anos apresentam escolaridade e experiência mais elevadas em relação a seus pares com idades de 16 e 17 anos. (UCHOA e MENEZES, 2013, p. 118).

Podemos perceber que a inserção do jovem no mercado de trabalho, para além das questões objetivas, como à necessidade da própria sobrevivência, alimentação, moradia, dentre outras condições básicas, simboliza um rito de passagem da fase juvenil à vida adulta.

Para além de um debate etmológico, falar sobre juventudes e juventude perpassa, claramente, uma questão de classe social. Quem são os jovens negros e pobres? Quem são os

⁴ http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_57_22_abril_2013.pdf

jovens brancos de elite? Falar em juventudes, no plural, é trazer para a superfície o debate profundo e histórico sobre quem são os jovens que hoje se encontram a margem.

Como nos explica Marx:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção (...) e porque não são donos dos meios de produção (...) O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção (MARX, 2001, p. 828).

A luta de classes nas comunidades aparece diariamente. O que resta aos jovens de periferia? Como dito anteriormente, a inserção dos jovens no mercado de trabalho, ou seja, a venda da sua força de trabalho para garantia de uma subsistência é um processo que irá afastar o trabalhador dos meios de produção. E quando sua força não é mais necessária será descartada pelo mercado. E o que resta?

Essas indagações são para que possamos refletir sobre os caminhos e descaminhos postos da juventude periférica. Para que assim, seja necessário pensar nos Meninos de Deus, nos jovens do Santa Filomena, do Jangurussu, do Vila Velha, da Barra do Ceará, dentre outras comunidades.

Para isso, falar em juventudes é falar em alternativas, em políticas públicas viáveis para um enfrentamento dessas com as intercorrências do Estado. Logo, o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira nos auxilia a refletir que:

Discutir a juventude na contemporaneidade leva-nos a tomar duas precauções importantes: entender que a noção de juventude é uma construção social e cultural e, além disso, bastante diversificada; e compreender que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais. Nesse sentido, pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. Por isso, como já tem sido bastante reiterado pelos especialistas, não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade. (BARBOSA, 2012, p.1)

Como afirma o autor, pensar em juventude é conhecer sua origem, sua classe e as oportunidades postas ao longo de seu desenvolvimento enquanto ser humano pertencente a uma

sociedade. Fechar os olhos a todo esse processo histórico é negar as condições postas de desigualdade social, que abrem precedentes para outras formas de opressões, como as de gênero, raça, religiosas.

Assim, as afirmativas feitas ao longo desse texto encontram mais um elemento para se falar em juventudes. Sendo essa relação entre o mundo e o rito de passagem para uma nova fase da vida adulta estabelecida pelas condições sociais, proporcionando vivências e enfrentamentos com a realidade de formas distintas.

O autor Alexandre Barbosa Pereira continua auxiliando na compreensão diante do termo juventude e prossegue sua linha de pensamento ao afirmar que:

A ‘juventude’ é apenas uma palavra”, afirma Bourdieu, ao abordar a noção de juventude. Para ele, as divisões entre as idades seriam arbitrárias: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. Sendo assim, os cortes, em classes de idade ou em gerações, teriam uma variação interna e seriam objeto de manipulação. Portanto, juventude e velhice não seriam dados, mas construções sociais oriundas da luta entre os jovens e os velhos. Dessa maneira, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas. Pode-se apreender, portanto, que tal noção configuraria um elemento que faz sentido somente no contraste entre os mais novos e os mais velhos. (BARBOSA, 2012, p.1)

E complementa:

Entretanto, para outros autores estudiosos da juventude e de suas práticas, seria mais que uma palavra. Em texto cujo título já apresenta um contraponto a Bourdieu – “A juventude é mais que uma palavra” –, Mario Margulis e Marcelo Urresti propõem a superação de considerações sobre a juventude como mera categorização por idade, com características uniformes: “A condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística jovem” (tradução minha). Para eles, a discussão feita por Bourdieu leva à percepção da juventude como “mero signo”, como “uma construção cultural desgarrada de outras condições”. Assim, a noção, como definida por Bourdieu, é desvinculada de seus condicionantes históricos e materiais. Os dois autores reforçam a necessidade de atentar para o modo como a condição de juventude manifesta-se de forma desigual conforme outros fatores, como classe social e/ou gênero. Não se constitui, portanto, um conceito unívoco. Contudo, ressaltam que assim como não se deve considerar apenas os critérios biológicos de idade para definir juventude, não se pode também levar em conta apenas os critérios sociais. (BARBOSA, 2012, p.2)

Para Bourdieu a juventude seria uma construção social ligado aos ritos de passagem, o que, por ora, desconsidera questões já mencionadas como as relações sociais estabelecidas a partir de determinada condição social, de raça ou gênero. O ser jovem, porém, ultrapassa questões etárias, pois irá depender de situações que as colocarão como protagonistas de suas próprias ações, no entanto, seus direitos legais devem ser mantidos como tal, para assegurar sua segurança e integridade.

Logo, para pensar o universo que é a juventude, é importante perceber suas peculiaridades a partir da ótica em que essa está relacionada ao modo de observar outras gerações, além de trazer inúmeras especificidades internas, assim, o autor continua seu pensamento afirmando que:

Para se pensar as peculiaridades da juventude em relação às outras gerações e mesmo às especificidades internas aos diversos modos de vivenciá-la, os dois autores trabalharam com as noções de *moratória social* e *moratória vital*. Inspiraram-se na discussão feita por Erik Erikson, cuja ideia de moratória, entendida como um período de suspensão de obrigações e responsabilidades, é defendida como elemento importante para permitir aos jovens fazer suas escolhas e experimentar o mundo. Segundo Margulis e Urresti, a partir dos séculos 18 e 19 a juventude, como uma etapa da vida, passou a ser vista também como uma camada que detém certos privilégios. Constituiria, então, um período, antes da maturidade biológica e social, marcado por uma maior permissividade, configurando, dessa forma, a moratória social do qual desfrutam alguns jovens privilegiados por pertencer a setores sociais mais favorecidos. Para os que têm tal privilégio, o ingresso na vida adulta, com as exigências requeridas para a entrada na maturidade social, é cada vez mais postergado pelo aumento do tempo de estudo. Dessa forma, os jovens das camadas populares, devido, entre outras coisas, ao ingresso prematuro no mercado de trabalho e à assunção de obrigações familiares (casamento, filhos etc.) em idade reduzida, teriam sua moratória social diminuída e, por consequência, uma vivência juvenil diversa da dos mais abastados. Os jovens das classes populares “carecem de tempo e dinheiro – *moratória social* – para viver um período mais ou menos prolongado de relativa despreocupação” (tradução minha). (BARBOSA, 2012, p.3)

O autor nesse trecho do texto auxilia no pensamento referente a ideia de tempo relacionado ao jovem, ou seja, ser jovem, é estar longe da velhice, ou biologicamente, da morte. Fator esse que também pode ser visto a partir da perspectiva de que, o jovem privilegiado, possui um maior tempo para usufruir sua condição juvenil, pois, seu tempo dedicado aos estudos, inserção na cultura, lazer se tornam maiores. O que por vezes não ocorre com o jovem periférico, que devido a necessidades de subsistência tem que entrar no mercado de trabalho cedo, deixando até mesmo os estudos para outro momento. E continua:

Por outro lado, Margulis e Urresti apontam ainda a existência de uma moratória que consideram complementar à social: a *moratória vital*. Um período da vida em que se possui um excedente temporal, um crédito, algo que se tem economizado. Um elemento que se tem a mais e do qual se pode dispor que os não jovens teriam mais reduzido: um certo “capital temporal” ou “capital energético”. “Daí a sensação de invulnerabilidade que caracteriza os jovens, sua sensação de segurança: a morte está longe, é inverossímil, pertence ao mundo dos outros, às gerações que os precederam” (tradução minha). E sobre essa moratória também aparecerão as diferenças sociais e culturais, de classe e/ou de gênero no modo de ser jovem. Haveria, no entanto, a ênfase de alguns enfoques sobre a temática da juventude apenas na *moratória social*, que, por isso, tenderia a restringir a condição de juventude aos setores médios e altos. Isso porque se ocultaria ou se esqueceria este outro lado, definido como *moratória vital*, comum a todas as classes. Para esses dois autores, a *moratória social* definiria então uma certa noção de juvenil que se expressaria por certos aspectos estéticos e configuraria um certo privilégio de determinadas classes sociais mais abastadas. Já a *moratória vital* definiria uma noção fática de ser jovem comum a todas as classes

sociais, marcada pela energia do corpo e pela distância da morte. Com isso, ressaltam a especificidade de classe nas definições do que é ser jovem. (BARBOSA, 2012, p.3)

Assim, o autor distribui as questões entre moratória social e vital, a primeira relacionada as ações juvenis e ao modo disposto a ser vivenciado por cada jovem, de acordo com suas condições sociais. Na moratória vital, seria uma concepção que seria comum a todas as classes sociais, ou seja, a ideia de vitalidade, tempo do corpo, e longevidade na morte.

Porém, ao observar que o autor, debate questões referente a necessidade de ser observado as questões sociais ao afirmar a ideia de moralidade vital este estaria negando o que até então vinha sendo posto, pois, afirma-se que a moralidade vital está relacionada ao tempo do corpo e biologicamente longe de sua morte, contrapondo-se a essa a moratória social traz questões que são latentes a condição juvenil do jovem de periferia. Ou seja, para os jovens negros, moradores de bairros vulneráveis não há a moratória vital, que ele afirma ser comum a todas as classes, pois esses estão morrendo, em grande parte, antes dos 30 anos. Atualmente, ser jovem, homem, negro de periferia é estar mais perto da morte.

Por fim, o autor apresenta que:

Há classes nas gerações, assim como há gerações nas classes. Contudo, ressaltam igualmente a especificidade de gênero na definição de juventude: “A juventude depende também do gênero, do corpo processado pela sociedade e pela cultura; a condição de juventude se oferece de maneira diferente para o homem e a mulher” (tradução minha). Acontece, entretanto, que mesmo esse fenômeno não pode ser generalizado, pois não é possível apreender a ideia de juventude de forma isolada. É preciso, por um lado, como afirma Bourdieu, pensá-la, ao mesmo tempo, em contraposição e em relação às outras faixas etárias e gerações e, por outro, contextualizá-la socialmente. As juventudes, portanto, apresentam elementos comuns e de diferenciação. Atentar para esses aspectos pode ser crucial para discutir as políticas públicas voltadas para esse segmento e, talvez o principal, problematizar as especificidades do papel da instituição escolar no mundo atual. (BARBOSA, 2012, p.3)

Compreender o jovem e suas especificidades, suas várias demonstrações de se apresentar ao mundo, as questões de gênero, raça, social devem ser apreendidos como elementos que auxiliarão na criação de ações que visem a garantia de direitos. Além de ser pensando ferramentas, como as políticas públicas, para minimizar a ausência de ações voltadas para esse segmento da população.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

Quando se fala em políticas públicas, abre-se um leque variado sobre suas definições e formas de execução. Segundo Clementino, podemos dividi-las em dois blocos:

A primeira define política pública como escolhas que o governo opta por fazer ou não, sendo sempre governamental. A política pública é vista, em geral, como um processo ordenado, com estágios, dominado por profissionais e especialistas, cujo objetivo é responder às diversas demandas da sociedade. O segundo bloco percebe a política pública como um processo que envolve múltiplas decisões inter-relacionadas, tomadas por grupos diversos de agentes públicos. Sob essa perspectiva, as políticas públicas, em geral, não têm início e fim claramente determinados, definindo-se e redefinindo-se de forma continuada por meio de um processo de revisão e retratação e em virtude do contexto em que se desenvolvem. (CLEMENTINO, 2011. p. 35-36).

Outro pensamento acerca das políticas públicas pode ser visto com Sposito e Carrano (2003), quando eles elucidam que:

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. Neste artigo serão privilegiadas as políticas governamentais em âmbito federal e municipal. (Sposito e Carrano, 2003, p.17)

Vale ressaltar que o debate sobre políticas públicas no Brasil se deu de forma tardia, o que reflete também sobre as questões referente à juventude. No âmbito internacional a discussão sobre políticas públicas e juventude se deu mediante a uma nova necessidade de nutrir o mercado de trabalho, atendendo a nova ordem mundial, o neoliberalismo e suas regras, logo, garantir o direito desses trabalhadores em potencial se fez fundamental.

Internacionalmente, a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil, dentro das políticas públicas, surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1965, na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos. Essa temática retorna e ganha maior visibilidade, em 1985, com a instituição pela ONU do primeiro Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Somente dez anos depois, em 1995, foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude, por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981. Posteriormente, destacam-se a Declaração

de Lisboa sobre a Juventude, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1998, e o Plano de Ação de Braga, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas (IPEA et al, 2009). (p. 666)

Assim, observamos que os cenários locais sofreram influências das necessidades postas pelos organismos mundiais. Logo, a América Latina passou a apresentar propostas referentes à juventude e as mais diversas políticas públicas. Segundo Abad (2002):

[...] em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino- americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Logo, no Brasil, observamos que, segundo Abramo (1997) citado por Caetano; Azevedo (2017):

diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80 (ABRAMO, 1997 apud CAETANO e AZEVEDO, 2017, p. 25-26).

E completa:

e recente e lentamente pode-se observar, no Brasil, a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens: algumas prefeituras e governos estaduais têm ensaiado a formulação de políticas específicas para esse segmento da população, envolvendo programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer; nota-se também uma movimentação no plano federal para focar a questão: foi criada, pela primeira vez, no Brasil, uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e há dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens. (ABRAMO, 1997 apud CAETANO e AZEVEDO, 2017, p. 27)

No Brasil, um marco legal para tal, foi a criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que apesar de não trazer o termo jovem, busca garantir o direito de crianças e adolescentes que se encontram na faixa etária condizente com esse período da vida. Que apresenta a seguinte questão, conforme salientam Caetano; Azevedo:

[...] reside no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – lei federal nº 8.069), promulgado em 13 de julho de 1990.⁵ No entanto, parte das atenções tanto da sociedade civil como do poder público voltou-se, nos últimos anos, sobretudo para os adolescentes e aqueles que estão em processo de exclusão ou privados de direitos (a faixa etária compreendida pelo ECA). Esse duplo recorte – etário (adolescentes) e econômico-social – pode operar com seleções que acabam por impor modos próprios de conceber as ações públicas. (CAETANO e AZEVEDO, 2017)

A partir disso, podemos observar que, com a aprovação da Constituição de 1988, a realização e aprovação do ECA, noções sobre a juventude começaram a entrar em pauta, bem como as formas estatais e não estatais de tratar o tema. Para isso, passaram a existir inúmeros campos referentes a que ótica seria apresentada a questão.

A década de 1990 caracteriza-se, durante o governo Fernando Henrique Cardoso 1995 – 2002, pelas baixas atividades e quase inexistentes programas e ações voltadas para os jovens. Nesse período foram identificados apenas 30 programas/projetos governamentais, vinculadas aos mais diversos Ministérios, dentre eles foram Ministério da Educação, de Esporte e Turismo, Justiça, de Desenvolvimento Agrário, da Saúde, de Trabalho e Emprego, de Previdência e Assistência Social, de Ciência e Tecnologia, no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada) e, por último, no de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação).

Além desses podemos observar a criação de três ações sociais não governamentais de caráter nacional, sendo eles: Programa de Capacitação Solidária, Projeto Rede Jovem e Programa Alfabetização Solidária, que surgem por indução do Programa Comunidade Solidária.

Logo, é importante salientar que, as políticas públicas apresentam-se como relações de poderes e governabilidade, assim, o intuito de termos a presença ou ausência das mesmas assume o caráter a qual o governo/Estado se propõe com seu povo, ou seja, com a sua juventude.

Como nos apresenta (ABAD, 2008.), as políticas públicas são também instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades, tanto em sua aceção mais limitada, referida às interações entre o Estado e o resto da sociedade, como no seu sentido mais amplo de levar à convivência cidadã.

Para isso, é importante ser apresentado conceituações referentes à própria noção não apenas de políticas públicas, mas como essas se apresentam e se caracterizam referente aos jovens.

Como apresenta Sposito e Carrano (1997):

Na definição de políticas de juventude, no interior do aparelho estatal, compreendendo sua estrutura em seus três níveis de governo dentro do pacto federativo (União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal), se constata que há uma diversidade de orientações, que podem e acabam de alguma forma, disputando recursos e operando diferentes definições de prioridades diante de outras políticas (CARRANO; SPOSITO, 2003). Apesar das intervenções do poder público face às questões da juventude, tem se destacado no cenário nacional, mais recentemente, as Organizações Não Governamentais, com ações de alcance local, regional, nacional e, até mesmo, internacional. (COUTINHO, 2004). Boa parte dessas Ongs desenvolvem suas ações com recursos próprios, mas parte significativa delas tem como sustentação financeira em recursos conseguidos junto a orçamentos do Tesouro Público, seja uma secretaria municipal e/ou estadual ou ainda de um ministério, entre outras fontes. (Sposito e Carrano, 1997, p. 10)

O que se observa são as várias vertentes de disputa sobre a organização das questões juvenis ocorridas entre Estado e sociedade civil. Se por um lado, observa-se a necessidade de serem realizadas políticas baseadas nas questões apontadas, por outro lado, estabelece-se a necessidade de as demandas apresentadas serem organizadas pelos próprios jovens, o que o Estado alega ser insuficiente. Mas, a pergunta que fica é: senão os jovens para falar de suas próprias questões, quem as fará?

Trazendo, mais uma vez, como referência Sposito e Carrano (1997, p.20), esses estudiosos auxiliam no pensamento referente a essa disputa estabelecidas no campo das políticas públicas para juventude, sua diversidade e posições:

Um segundo campo de disputas nas políticas públicas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. Tratar o tema apenas no eixo da juventude – se as políticas são para os jovens, com os jovens, por meio dos jovens com base neles –, embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico, é insuficiente. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública. Mesmo no interior do aparelho de Estado, as políticas de juventude comportam diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas. Podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidos com base no que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada, ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social. Se deslocarmos a discussão para a sociedade civil ou para os próprios segmentos jovens, o campo de disputas que opera com significados heterogêneos também ocorre. Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, enquanto momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou

coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. (Sposito e Carrano, 1997, p. 10)

Realizado uma historização acerca das políticas públicas internacionalmente, perpassando pela América Latina, chegando aos anos 1990 no Brasil, se observa que foi após os anos 2000 que as políticas públicas voltadas a juventude passaram a receber maior atenção.

Em 2003 é criada a Comissão Especial de Juventude, com o intuito de estabelecer um diálogo com a sociedade, a fim de identificar as demandas e ações a serem realizadas para a construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude.

Em 2004, em Fortaleza, foi lançado o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, numa tentativa de articular as demandas Federais e Estaduais.

Como consequência dessa ação, no ano de 2005 foi dado o pontapé inicial para a criação da Política Nacional de Juventude, a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)⁵ e o Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem)

As principais políticas públicas, da esfera federal do governo (cujos recursos financeiros são transferidos aos estados e aos municípios), destinadas à educação da juventude pobre são Brasil Alfabetizado⁶; ProJovem⁷; Saberes da Terra⁸.

Além dessas iniciativas, percebemos que há a necessidade do fortalecimento de políticas antidrogas, voltadas à saúde, a debates sobre gênero, raça, que precisam do

⁵ Conforme informações do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), compete ao CONJUVE participar ... na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p. 9).

⁶ “O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal”. (<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>)

⁷ “Criado em 2005 e reestruturado em 2008 quando passou a ser denominado de ProJovem Integrado, o programa federal é uma extensão da Política Nacional de Juventude e se divide em quatro modalidades, voltada aos jovens com diferentes perfis. Cada uma é gerida por um órgão federal diverso, mas sempre conta com a parceria de estados e municípios. São elas: Adolescente, Urbano, do Campo e Trabalhador”. (Portal do Mec)

⁸ “O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo”. (Portal do Mec)

aprofundamento e do conhecimento por parte da população. No caso da saúde,

Houve um aumento absurdo dos casos de Aids entre os jovens nos últimos anos. Neste sentido, nós no Brasil estamos indo na contramão de outros países”. O aumento é de mais de 50% em seis anos. “O principal motivo é o comportamento sexual dos jovens. Eles acham que ninguém mais morre de Aids hoje, e que se pegar o vírus é só tomar o remédio que acabou e que está tudo bem. Está tudo bem, não. É uma doença grave. Vai ter que tomar remédio pelo resto da vida. E esses remédios provocam efeitos colaterais. A Aids não tem cura, você pega o vírus, o trata (OGLOBO, 2014)

Bem como as situações de gêneros:

[...] segundo relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Somente em 2016, o ano considerado como o mais violento desde 1970 contra pessoas LGBTs, segundo a entidade, 343 pessoas foram mortas em todo o Brasil, 32 delas na Bahia. Em 2017, até 22 de janeiro, já foram documentados 23 assassinatos de LGBTs. O estado baiano só perde para São Paulo, que no ano passado contabilizou 49 homicídios. Rio de Janeiro (30 mortes) e Amazonas (28 mortes) também figuram entre os estados com maior número de crimes. O único estado do Brasil que não registrou casos foi Roraima, que em 2014 liderou a lista. Entre as capitais, Manaus, com 25 mortes, foi a que registrou o maior número de assassinatos em termos absolutos, seguida de Salvador (17) e São Paulo (13). Foram documentados em 2016 assassinatos de LGBT em 168 municípios brasileiros. Dos 343 assassinatos, 173 eram gays, 144 trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas, 4 bissexuais e 12 heterossexuais (parentes ou conhecidos de LGBTs que foram assassinados por algum envolvimento com eles). Os dados, segundo o GGB, levaram à constatação de que a cada 25 horas um LGBT é assassinado no país. (OGLOBO, 2017)

Tais dados são alarmantes e proporcionam o debate acerca das políticas públicas existem para esse público, a qual parcela da população jovem está incluída. Assim, é interessante conhecer se existem ou não, políticas públicas que abrangem essas demandas para a juventude.

Logo, percebe-se que as políticas públicas para a juventude, apesar de existirem, mostram-se ineficientes, não chegando a exercer um papel social relevante na vida dos jovens, que acabam por recorrer a outras formas de articulação social, para que assim obtenham uma identificação com o ser jovem na periferia.

Ao perceber que essa juventude busca constantemente uma afirmação social, seja através da ocupação (emprego), da prática de esportes ou de demais atividades desenvolvidas por eles, os jovens da periferia, mais uma vez, esbarram nas condições adversas estabelecidas com a contribuição de um Estado DF, porém com atendimento precário, resultando em uma sociedade excludente que divide a cidade entre os que têm e os que não têm direitos. Quando presente, o Estado aparece aos jovens como instituição que oprime, tratando-os com truculência

e constrangimentos, como os recorrentes “baculejos” (vistorias realizadas aos jovens, pela polícia, ao transitarem pelas ruas), a esteriotipação que vê a todos como bandidos; e no âmbito da escola ainda sofrem discriminação. O que deveria alcançar todos, torna-se prerrogativa de poucos; a indissociabilidade entre bem público e bem comum já não mais faz parte do que os jovens meninos chamariam de cidadania.

Com isso, observamos que a funcionalidade das políticas públicas no Estado burguês, se refere, segundo Netto (2006) na preservação e controle da força de trabalho, ocupada através da regulamentação trabalhista. A importância dessas políticas se torna clara, assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo.

Não podemos esquecer que o modo de vida é dual, onde uns produzem e outros possuem os meios de produção, assim, Engles ao tratar sobre as condições de vida dentro da lógica capitalista afirma, “que todos os ônus recaem sobre o pobre [] Em meio ao caos da sociedade o pobre sobrevive como pode, sobrando-lhe a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo, se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar, pode ainda morrer de fome” (ENGLES, 2010, p.69)

Assim, pra compreendermos as políticas públicas devemos observar que as mesmas estão vinculadas a políticas sociais, que nada mais é do que a criação de direitos ou garantia, dentro do consenso social, para a manutenção do mínimo razoável, para os menos favorecidos. (FALEIROS, 1941).

O surgimento das políticas sociais foi diferenciado entre os vários países do mundo, bem como das formas de organização da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças de produção, mas é certo afirmar que foi durante o final do século XIX como período em que o Estado assume e realiza ações sociais de forma mais ampla e planejada (BEHRING E BOSCHETTI, 2011)

As políticas sociais se tornam visíveis após o período de Segunda Guerra Mundial, com o intuito de manter a ordem social, ações filantrópicas eram realizadas, outras ações de caráter assistencialista passaram a ser identificadas como protoformas de políticas sociais. (BOSCHETTI, 2013).

As políticas sociais, segundo a mesma autora, são desdobramentos e até mesmo resposta e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas do capitalismo, cujos fundamentos se encontram nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. Não podemos

esquecer que tais políticas foram frutos de grande mobilização e organização da classe trabalhadora, durante todo período do século XIX para o século XX, sob a égide dos ideais pela emancipação humana, assegurando direitos básicos que estavam sendo ignorados pelo Estado.

Mas, é a partir dos anos de 1970 que o debate e as contribuições acerca das políticas sociais e das políticas públicas se tornam mais latentes. Auxiliam-nos no pensamento sobre tais temáticas, Behring e Boschetti (2011) que apontam que a análise das políticas sociais deve ser realizada diante do enfoque dialético, em que se deve observar a natureza do capitalismo, o papel do Estado, bem como o papel das classes sociais.

3.1 Empresariamento das Políticas Sociais?

3.1.1 As políticas sociais ofertadas pelas ONG, fundações, Institutos Familiares

Ao nos questionarmos sobre o papel das políticas sociais e as novas formas de configuração das organizações não governamentais, abre-se um leque de questionamentos referente a gerência de algumas políticas sociais por esse setor. Assim,

[] quando falamos de política social, estamos nos referindo àquelas funções modernas do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania. Trata-se, portanto, de política associada a um padrão de organização social e política que, desde os fins do século XIX e, mais precisamente, depois da Segunda Guerra Mundial, foi distanciando-se dos parâmetros do *laissez faire* e do legado das velhas leis contra a pobreza [] para transformar-se num esquema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos. [] [Ela] envolve o processo de provisão social [] [e] uma expressiva atividade regulamentadora [que visa] a garantia de acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública (PEREIRA, 1998, p. 60-61)

Nos anos de 1970-80 observamos no Brasil, a explosão dos movimentos sociais e seu caráter organizativo diante da sociedade, tendo como papel fundamental o embate diante do governo totalitário institucionalizado através da ditadura civil militar. Com o processo de redemocratização e a chegada da administração pública do governo P.T (Partido dos Trabalhadores), nos anos de 2002, observamos ações coletivas organizadas sem enfrentamentos diretos e incisivos de ataque a forma de governo.

No entanto, vale ressaltar as Jornadas de Junho de 2013 que trouxeram à tona a indignação da sociedade num modelo de insurgência. Iniciadas a partir da necessidade da diminuição do preço das passagens de ônibus, tomou inúmeros rumos, tendo como aporte

principal elementos como os megaeventos e a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Como nos apresenta Andrey Cordeiro (2018), em seu artigo produzido para a *Le Monde Diplomatique*:

As Jornadas de Junho são um dos muitos termos que surgiram para designar um ciclo de manifestações iniciado no dia 06 de Junho de 2013. Essas manifestações (especialmente megapasseatas) se estenderam em três subciclos, o dos dias 06- 13 de Junho, depois dos dias 13-20 de Junho e dos dias 21-30 de Junho. No primeiro ciclo, dominaram o tema da redução do preço das tarifas de transportes urbanos e as ações de resistência pacífica. Foram pequenas passeatas que cresceram conforme a repressão policial. No segundo ciclo, os protestos se combinam com vários temas, predominando a insatisfação contra os gastos públicos com os megaeventos (como a Copa do Mundo da Fifa) e contra a violência policial. No terceiro ciclo, já depois do anúncio da redução das tarifas, dominou definitivamente o tema da crítica dos megaeventos e a crítica da violência policial, que se generalizou sob a palavra de ordem “não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”, que seria acirrada pelo caso do Amarildo, no Rio de Janeiro. As manifestações de Junho de 2013 começaram como um ato nacional, convocado para o dia 06 de Junho, especialmente por organizações estudantis de diferentes tipos. A princípio, quatro cidades participaram das manifestações: São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre. Enquanto em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) foi o organizador dos protestos, no Rio de Janeiro foi o Fórum de Luta contra o aumento das Passagens (conhecido como Fórum de Lutas do IFCS, por se reunir no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, em Porto Alegre, o Bloco de Lutas pelo Transporte. Ao longo das JJ13 grupos como *Anonymous*, Mídia Ninja, Coletivos de Mídia-ativistas e grupos anarquistas ganharam destaque e importância. Desse modo, o primeiro e o segundo subciclos das manifestações integraram o que foi chamado nas redes sociais de operação “Pare o Aumento”. O principal protagonista iniciador foi o movimento estudantil; os espaços organizativos foram fóruns e assembleias semi- temporárias e abertas que possibilitaram uma rápida massificação. Entre o segundo e o terceiro subciclos das JJ13 consolidou-se e massificou-se a palavra de ordem “Não Vai Ter Copa”, que sintetizava várias reivindicações: revisão dos gastos públicos com megaeventos e a reivindicação de expansão dos gastos públicos com saúde, educação e necessidades básicas da população. Outra palavra de ordem, que perpassou toda as JJ13, e que sintetiza a crise da democracia representativa, foi a palavra de ordem “sem partido”. (CORDEIRO, 2018)

Tal contextualização é realizada para explanar, ainda que rapidamente, o panorama dos movimentos sociais e o crescimento das ONGS diante das organizações populares. Se durante os períodos de 1870-80, os movimentos eram referências, através de sindicatos, partidos, redes e afins, após o período de redemocratização e o governo PT, salvo os períodos de 2013, os movimentos sociais passaram a ser hostilizados e desacreditados, agudizados no período de crise vivenciado com a campanha “Fora Dilma” e o “Fora Temer”.

Com isso, compreender o papel das ONGs no gerenciamento das políticas sociais requer o conhecimento sobre o momento histórico, político e econômico vivenciados no país. Ou seja, as ONGs se articulam em torno de interesses públicos, mas regularmente se constituem em uma esfera privada, visando gerir necessidades públicas específicas ou atuar sobre elas

utilizando recursos advindos geralmente da fonte pública. (LOPES, 2004.)

Trazer as Organizações para a tomada de decisões públicas, bem como gerir em nome do Estado algumas políticas são estratégias implementadas e utilizadas inicialmente no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso como forma de cooptar e abrandar as oposições diretas ao seu governo, prática que foi utilizada durante os governos do PT, de forma ainda mais complexa e danosa.

Quem nos auxilia nesse pensamento é Carrilo (2016)

O processo de institucionalização e legitimação da “participação” das ONGs nas políticas públicas incentivado pelo governo Fernando Henrique Cardoso era parte da constituição de uma nova forma de gerir políticas públicas. Porém, para dar concretude a essa forma, o presidente precisava mobilizar as ONGs pioneiras, uma vez que, ao assumir a presidência, a presença e institucionalidade destas ONGs no espaço das políticas públicas já havia nitidamente se expandido. A participação de várias delas em diferentes programas e em diferentes áreas da política social, a existência da ABONG, assim como a circulação de várias delas pelo circuito das agências internacionais, era testemunho disso.[] Apesar dessas diferenças, o governo federal demonstrava forte interesse em aliar-se com as ONGs pioneiras por, ao menos, duas razões. Por um lado, uma aliança com elas facilitaria a interlocução com o circuito das agências do sistema Nações Unidas, uma vez que elas já participavam desse circuito pelo menos desde o início da década, quando integraram o grupo de ONGs brasileiras que foi convocado pela Nações Unidas por meio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), sem intermediação do governo federal, para participar do “Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas” (Landim, 1993). Por outro lado, elas eram reconhecidas como interlocutoras dos movimentos sociais, o que significava deter um capital político não desprezível à época.[...] as lutas que aglutinaram ou opuseram diferentes ONGs e governo, giraram, a partir daí, em torno da definição do tipo de participação mais adequado e dos limites e possibilidades associados a tal participação. Essas disputas vieram acompanhadas de uma maior diversificação dos tipos de ONGs que passaram a entrar nesses espaços criados pelo governo federal. (Carrilo, 2016, pg.77-78)

Com isso, observamos os interesses relacionados entre Estado e ONGs, bem como os conflitos surgidos após tais acordos ocasionados pelos conflitos de interesse e concepções referentes ao modelo social a ser seguido e gerido. Como citado, as ONGs cresceram e os interesses se diversificaram, promovendo em alguns setores a ruptura com o acordo firmado até então.

Alguns autores, como Lopes, dividem as ONGs em assistencialistas e cidadãs, para ele, a primeira exerce um papel de realizar, em linhas gerais, atividades profissionalizantes, manuais, não gerando grandes acúmulos financeiros para as pessoas que produzem. Já as cidadãs possuem caráter ideológico, político e as atividades práticas são estruturadas através do incentivo financeiro do Estado e do empresariado. Em que, os resultados são apresentados, não como as assistencialistas em reuniões entre o próprio grupo, mas em conferências, assembleias

e afins.

3.1.2 A Política dos Organismos Multilaterais para juventude

As formas de organização e estruturação das ONGs, bem como suas interferências com a sociedade e o Estado, em países “periféricos” como o Brasil, partem de diretrizes traçadas por organismos multilaterais, como a ONU, UNESCO e Banco Mundial.

Com a criação dos organismos multilaterais, após a Segunda Guerra Mundial, na conferência de Bretton Woods, em 1944, o grande capital visou, através da conferência uma reorganização política, econômica e social mundial, tendo como consequência desse debate a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD –, o Fundo Monetário Internacional – FMI –, e a Unesco, que a partir de suas demandas irem criar programas e ações que passaram a ditar as formas de organização social nos países mais pobres.

Os interesses nas temáticas sobre juventude não demoraram a aparecer. Em 1965, a ONU lança a Resolução nº 2.037, denominada Declaração sobre a difusão entre os jovens dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos. Em 1970, com a Resolução nº 2.659 (XXV), a ONU propõe a criação de um grupo internacional de voluntários para o desenvolvimento. Em 1970, com a Resolução nº 2.659 (XXV), a ONU propõe a criação de um grupo internacional de voluntários para o desenvolvimento

Em suma, tais resoluções possuíam o intuito de mundializar uma nova forma de organização sobre a juventude, desde a relação humanitária, estabelecendo um diálogo de cultura de paz, bem como em relação aos setores econômicos incentivando o voluntariado. A serem implementadas através das ONGs, de documentos oficiais e pelo Estado.

As políticas aplicadas à juventude pela UNESCO podem ser observadas no quadro organizado por Lara e Souza (2014):

Quadro 1 - Políticas aplicadas à juventude pela UNESCO

RESOLUÇÕES	CONCEITOS	ARGUMENTOS
N° 2.037/1965 Declaração sobre a difusão entre os jovens dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos	Empoderamento	- Os jovens devem adquirir consciência de suas responsabilidades a serem assumidas em um mundo em que serão chamados a gerir.
	Educação	- Paz; respeito mútuo; solidariedade; dignidade; igualdade; compreensão entre os povos.
N° 2.659/1970 Voluntários das Nações Unidas	Voluntariado	- Evidenciar o empoderamento para o voluntariado, não somente os jovens. - Tomar decisões para contribuir com o desenvolvimento de seu país.
N° 4.014/1985 Ano Internacional da Juventude	Empoderamento	- Valiosa contribuição que a juventude pode fazer em todos os setores da sociedade. Contribuir com sua energia, entusiasmo e capacidade criadora na tarefa de construção nacional.
	Auxílio do Estado, ONU e seus organismos especializados, ONG's e comissões regionais	- Prover projetos específicos à juventude, relacionados à cultura, emprego, comunicação e educação; Dar encaminhamento às diretrizes do Ano Internacional da Juventude.
	Ano Internacional da Juventude	- Assegurar a participação ativa no desenvolvimento geral da sociedade e estimular sua participação na formação de novas políticas e programas nacionais; Estimular a participação política dos jovens.
N° 50/81/1996 Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000 e anos subsequentes	Educação	- Assegurar a educação básica a todos; formação profissional e alfabetização de jovens; programas de ensino voltados à paz, ao respeito e tolerância à diversidade cultural e religiosa; direitos humanos; capacidade técnica e profissional.
	Emprego	- Oportunidades de trabalho ao grupo de jovens vulneráveis; promoção de serviços voluntários para os jovens; criação de empregos em setores de inovação tecnológica.
	Fome e pobreza	- Formação especializada que permita aos jovens ingressar na atividade agrícola e melhorar a produção e comercialização; doação de terras a jovens com necessidades especiais; cooperação entre a juventude urbana e rural na produção e distribuição de alimentos.
	Saúde	- Prestação de serviços básicos à saúde; desenvolvimento da educação sanitária; atenção primária para programas de educação a jovens sobre a SIDA/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis; eliminação do abuso sexual aos jovens; luta contra a má nutrição.
	Meio Ambiente	- Incluir a educação ambiental nos programas de ensino e formação; fortalecer a participação de jovens na preservação e melhoria do meio ambiente; atentar aos meios de comunicação para a divulgação de questões ambientais aos jovens.
	Uso indevido de drogas	- Participação da juventude nas organizações juvenis; capacitação de estudantes da área médica para difundir informações sobre o uso de drogas; tratamento e reabilitação de jovens dependentes.
	Delinquência	- Prevenção da violência; prioridade a medidas preventivas; serviços de reabilitação.
	Atividades recreativas	- Devem ser integradas a políticas e programas para a juventude, como na educação, e inclui-las nas zonas urbanas de grande concentração humana e no ambiente rural.
	Meninas e mulheres	- Atentar para a discriminação; educação; saúde, emprego, violência.
Plena e efetiva participação dos jovens na vida em sociedade	- Atentar para o acesso dos jovens a informações; Oportunidades para que conheçam seus direitos; Promover associações ou grupos juvenis oferecendo apoio financeiro, educativo e técnico a suas atividades; Reforçar a participação dos jovens nos fóruns internacionais e nas conferências da ONU.	

Fonte: Lara e Souza (2014)

Quadro 2 - Políticas aplicadas à juventude pela UNESCO (continuação)

RESOLUÇÕES	CONCEITOS	ARGUMENTOS
N° 53/378/1998a Declaração de Lisboa	Política nacional para os jovens	- Desenvolver políticas nacionais e programas para a juventude; Traçar até o ano 2000 políticas para melhorar o nível de vida dos jovens; Fomentar instituições e ONG's de jovens; Incorporar a política nacional para os jovens nos planos e programas de desenvolvimento internacional.
	Participação política	- Permitir a participação ativa dos jovens em todas as esferas da sociedade; Dar prioridade aos jovens vulneráveis à vivência de programas adequados que o motivem; Estimular o voluntariado.
	Desenvolvimento	- Promover o acesso de jovens à terra, ao crédito, à tecnologia e à informação; Estabelecer ou fortalecer uma política de combate à pobreza; Estimular o compromisso dos jovens a respeito do desenvolvimento sustentável.
	Paz	- Manter a paz adotando medidas coletivas contra qualquer forma de violência; auxiliar as organizações juvenis para que possam contribuir na celebração do Ano Internacional da Cultura de Paz, no ano 2000; Criar uma cultura de paz, colocando em prática um sistema mundial de educação; Garantir que os jovens vivam livres de ameaças, conflitos e violência.
	Educação	- Garantir o acesso de jovens à educação básica de qualidade nos setores urbanos pobres e nas zonas rurais, no intuito de erradicar o analfabetismo; - Criar novos objetos para aprendizagem por meio de atividades culturais, físicas e esportivas; - Formular políticas educacionais que visem aos jovens vulneráveis; - Desenvolver atividades esportivas, culturais e recreativas a jovens, para promoção de intercâmbio esportivo e cultural; - Promover a educação formal e informal.
	Emprego	- Igualdade de oportunidades de emprego a mulheres e homens jovens; - Desenvolver parcerias entre o poder público, setor privado e instituições educacionais e sociedade civil para a promoção de emprego entre os jovens; - Investir na capacidade empresarial de jovens com fornecimento de conhecimento para abrir seu próprio negócio.
	Saúde	- Promover o desenvolvimento da saúde de jovens; Combater enfermidades; Elaborar programas de informação e campanhas para o combate a AIDS e doenças sexuais.
	Uso indevido de drogas	- Elaborar estratégias com organizações juvenis para redução do uso e do tráfico de drogas; Restringir e prevenir o acesso de jovens às drogas; Fortalecer a cooperação internacional para a luta contra as drogas.
N° 53/378/1998b Plano de Ação de Braga	Políticas a juventude	- Que o Estado, organizações intergovernamentais, ONG's, Nações Unidas, formulem políticas para a juventude, as quais sejam multissetoriais e formuladas a longo prazo; Os jovens celebraram seminários juntamente com a ONU antes dos anos 2000. Material este que servirá de base para formulação de políticas para o ajuste estrutural, criação de capacidades e erradicação da pobreza.
	Participação Juvenil	- Que as ONG's juvenis participem ativamente nas conferências, comissões, organismos especializados, programas e fundos da ONU e interajam com as Nações Unidas. Que os programas nacionais para os jovens iniciem a organização de conferências que permitam intercâmbio de informações sobre os grupos que vivem em extrema pobreza. A prioridade deve ser o jovem vulnerável.
	Educação para o século XXI	- Deve ser universal e gratuita em todos os níveis de ensino; UNESCO, organismo de coordenação de educação, responsável por assessorar os governos oferecendo contribuição técnica e financeira para o estabelecimento de um fundo mundial para a educação; Fomentar a educação não acadêmica.
	Emprego	- Voltado para o desenvolvimento social; ONG's juvenis deverão estabelecer parcerias com a OIT para informar os jovens acerca dos direitos ao trabalho.
	Saúde e desenvolvimento	- Formulação de políticas que atendam de forma integrada a saúde dos jovens.
	Direitos humanos	- Ensinar os direitos humanos, como um direito básico. Encarregados: governos, ONU, autoridades docentes, organizações intergovernamentais.
N° 64/134/2010 Ano Internacional da Juventude: diálogo e compreensão mútua	Ano Internacional da Juventude	- Proclama em 12 de agosto de 2010 o Ano Internacional da Juventude disseminando os termos, diálogo e compreensão mútua em comemoração aos 25 anos do AIJ de 1985.
	Auxílio dos Estados-membros e órgãos da ONU	- Potencializar atividades em âmbito internacional, regional e nacional durante 2010 para a promoção entre os jovens dos ideais de paz, liberdade, progresso, solidariedade e dedicação aos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Fonte: Lara e Souza (2014)

As formas como as políticas públicas para juventude, em relação ao meio ambiente, raça, gênero, violência, dentre outras, tem suas linhas postas a partir de organismo multilaterais, que por vezes desconhecem a realidade local e as necessidades específicas. Em que muitas das ações orientadas não se aplicam, dificultando a execução de ações.

A ideia do voluntariado, do empreendedorismo, do foco na educação profissional são elementos que aparecem no Brasil em forma de programas realizados pelos governos estaduais, municipais e federais. Como citaremos, alguns, adiante programas como o Pronatec,

o Pronatec Copa, a forma de atuação do sistema “S” (SESC, SENAI, SESI)

Com isso, cria-se a necessidade de fomentar ideias, por exemplo, de microempresas, afastando os jovens do mercado formal de trabalho, por vezes, esses acabam estabelecendo relações com o voluntariado, como forma de garantir experiências profissionais, sem necessariamente serem remunerados ou terem alguns direitos garantidos.

A forma utilizada pelos organismos multilaterais mascara a verdadeira face da precarização do trabalho através da utilização desses jovens como mão de obra barata para a construção de serviços necessários para o crescimento do grande capital. Ou seja, existe um país em crise, que passa a receber diretrizes de organismos como o Banco Mundial, UNESCO, para controle e aquecimento da economia, que se encontra com alto índice de desemprego. Tais diretrizes impulsionam as pessoas a criarem seu próprio negócio, afastando assim dos trabalhos formais, o que possibilita a implementação de formas de terceirização, que gera o voluntariado, que é incentivado pelos organismos em seus documentos, acarretando em um barateamento da mão de obra e conseqüentemente maiores lucros para o grande capital.

Como apresentado ao longo do texto, o neoliberalismo se expande nos seguimentos e ganham destaque na implementação desse novo projeto político e econômico, como é o caso do denominado “terceiro setor”

O que podemos perceber é que gira em torno do termo “Terceiro Setor” um debate sobre sua significação. Thompson afirma que se “trata de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público” (Thompson, 1997, p. 41).

Quem nos auxilia na construção do pensamento diante da construção histórica no Brasil do Terceiro Setor é Carrio (2000):

Landim (1998) e Fernandes (1997) identificam quatro momentos fundamentais no processo de constituição histórica do terceiro setor no Brasil. O primeiro se estende da colonização até meados do séc. XX e corresponde ao desenvolvimento das chamadas associações voluntárias, fundadas pela igreja católica e baseadas em valores da lógica cristã. Algumas dessas organizações existem até hoje e atuam na prestação de serviços sociais e assistenciais, entre os quais a saúde, a proteção dos desamparados e a educação. O segundo momento, que tem início na década de 30, no governo de Getúlio Vargas, corresponde ao período em que o assistencialismo é assumido como uma estratégia política do governo. Durante esse período, que se estendeu até o final dos anos 60, o estado e a igreja dividiram a responsabilidade por obras assistenciais paternalistas e avessas ao questionamento social, a igreja agindo como uma poderosa aliada do estado, no controle das manifestações de insatisfação social. A década de 70 marca o ingresso do terceiro setor, no Brasil, em uma nova fase. As instituições de caráter filantrópico e assistencial unem-se aos chamados movimentos sociais e, com o apoio da igreja, tornam-se porta-vozes de problemas locais, assim como passam a

denunciar as situações de repressão, desigualdade e injustiça social. É nesse período que surgem as ONGs.

De caráter inicial, as ONGs tinham como proposta se organizarem enquanto produtos dos movimentos sociais, sem ligação com o Estado, ou seja, sem forma institucional de organização, em contraponto ao Terceiro Setor, que como dito, se estabelece no centro das organizações dos setores privados para gerir ações e recursos públicos, por exemplo, existem as Fundações.

No entanto, com a expansão das ONGs suas demandas e os acordos estabelecidos, inúmeras Fundações e órgão passaram a fazer parcerias com as mesmas, o que implicou diretamente na organização dessas. Dessa forma, o autor continua:

Com significativa participação na vida política nacional, em particular no processo de democratização política, elas contaram com significativo apoio de organismos internacionais. Ainda assim, muitas delas vieram a desaparecer em consequência de sua resistência à institucionalização, então percebida como perda de autonomia e submissão ao estado. Algumas dentre as mais significativas ONGS brasileiras são o resultado de movimentos autônomos gestados em um momento em que qualquer forma de organização voluntária e independente do estado era percebida com suspeição pelos poderes instituídos, induzindo a que elas sejam, por vezes, associadas à agenda da esquerda. O quarto momento, na história do terceiro setor no Brasil, pode ser formalmente demarcado pela promulgação da constituição de 1988, que define o conceito de cidadania e define o arcabouço filosófico para a elaboração de políticas sociais. Em 1990, é promulgado o estatuto da criança e do adolescente; em 1991, a lei de incentivo à cultura; em 1993 a lei orgânica da assistência social; em 1998, a lei que dispõe sobre o trabalho voluntário; e em março do ano passado (1999), a lei 9.790/99, que estabelece os termos para a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs.

Nesse contexto as ONGs (Organizações Não Governamentais) vão ganhando força e se formando enquanto referência catalisadora das ações sociais, bem como ferramentas de organização social. No entanto, não podemos esquecer o debate que gira em torno da apropriação do Estado sobre essas organizações como forma de cooptação das ações que deveriam ser oferecidas por esses, mas acaba sendo gerida pelas organizações.

Autores como Petras (1990) e Moller (1991) criticam as organizações não-governamentais por promoverem a “profissionalização” do exercício da cidadania e por beneficiarem-se de um processo de empobrecimento da população, que reduziria sua capacidade de agir autonomamente, sem o apoio de atores “externos” como as ONGs. Herculano (2000), por outro lado, sustenta que não se pode negar que, onde faltam bens públicos ligados à educação, à saúde, ao saneamento básico, dentre outros, os benefícios produzidos pela ação dessas organizações para as populações representam ganhos substantivos cujo valor é difícil desqualificar. (DRUMMONT, 2001, p. 178)

Assim, observamos alguns pontos referentes sobre o posicionamento diante do

terceiro setor e como esse se articula, em linhas gerais, com a sociedade e o Estado. Logo, compreender esse aspecto nos permite uma análise diante das organizações não governamentais. Quem nos auxilia nesse pensamento é Maria da Glória Gohn (2011):

Na primeira década deste milênio, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor – que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. Estes últimos enfraqueceram-se e tiveram de alterar suas práticas, ser mais propositivos – participando dos projetos das ONGs – e menos reivindicativos ou críticos. No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho –, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente de como os movimentos sociais atuavam até então. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc. (GOHN, 2011, p. 341)

Com isso, observamos as novas formas de configuração dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são estratégias, formas de organização social em que se busca a luta por novos direitos ou até mesmo pela garantia dos já existentes. Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008), caracterizando-se de diferentes formas e metodologias.

No entanto, parte dos movimentos sociais passou, como supracitado, a se “institucionalizarem”, ou seja, a estarem inseridos em novas formas organizativas como as redes, as próprias ONGs e com isso, gera um novo caráter diante das organizações sem fim lucrativos, bem como outra forma de serem recebidas pela população, que por vezes acredita que com as ONGs não existe a interferência do Estado, mesmo que seja de forma direta ou indireta.

3.1.3 As principais estratégias de atendimento à juventude em Fortaleza

Diante do cenário até então apresentado, observa-se o papel que as ONGs exercem na articulação entre comunidade e juventude, bem como foi possível observar algumas

diretrizes traçadas mundialmente, para esse mesmo público-alvo.

No que diz respeito a Fortaleza, algumas estratégias para o atendimento a juventude são oferecidas, tanto pelo Estado, através dos governos municipais e estaduais, bem como das ONGS, como veremos adiante com a Conselho Nova Vida (CoNVida).

Tais estratégias podem ser apresentadas em debates, formações, organizações das comunidades, em editais públicos, como podem ser observados os debates relacionados a violência e juventude na Rede Cuca, saraus, debates nas Universidades sobre extermínio, e drogas, bem como os trabalhos realizados em ONGS, através da prática de esportes, restabelecimento do convívio social, dentre outras ações.

No capítulo que segue irei trazer uma maior dimensão de como as ONGS, especificamente a ONG CoNVida, através do projeto Meninos de Deus, ligada a Visão Mundial⁹, estabelece algumas estratégias de atendimento a juventude e o enfrentamento à violência. Utilizando de formações, afetividade, a música e o esporte para criar e fomentar um modelo de bem viver dentro da comunidade.

⁹ A Visão Mundial é uma organização cristã de desenvolvimento e resposta às situações de emergência. Está no Brasil desde 1975 atuando através de programas e projetos nas áreas de proteção, educação, advocacia e emergência, priorizando crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidades diversas.

4 O PROJETO MENINO DE DEUS

O projeto Meninos de Deus surge na tentativa de minimizar a violência existente no bairro, que assustava e ainda assusta de forma brutal o cotidiano das famílias que ali residem. No período de 2006 a 2008, jovens na faixa etária de 14 a 24 anos vinham sendo exterminados. Nesse momento histórico, a comunidade passou por momentos de total vulnerabilidade social, protagonizada por um grupo de 43 jovens, que com os atos mais brutais colocava tal localidade em situação de terror e os motivos para legitimação de tais atos eram os mais diversos, como acerto de contas por motivos de drogas, vingança, latrocínio e brigas de gangue. Desses 43 jovens, 36 morreram. Nesse contexto, o projeto Meninos de Deus começa a ganhar forma.

Paulo Uchoa, sobre o qual a história iremos expor mais adiante, é morador do bairro e educador social. Junto a alguns outros moradores realizou visitas a casa desses 43 jovens, na tentativa de conversar e convencê-los a participar de outra forma de organização, de uma alternativa de se viver. No entanto, tal trabalho não foi realizado de forma simples, pois as resistências à inserção dos jovens em espaços e atividades que os tentasse tirar do mundo da violência vinham de todas as partes, da comunidade, das famílias e dos próprios jovens.

Eles provocavam medo nas pessoas, eram jovens acostumados com uma vida de violência. Tinham a expressão sempre de ódio, atitudes bruscas, explosões emocionadas e violentas. Ninguém queria esses meninos, nem mesmo os familiares. Alguns nem mesmo as mães queriam perto, e olha que para uma mãe desistir do filho a situação tem que ser bastante extrema, e aquela era uma. Foi aí que começamos a chamá-los de Meninos de Deus, porque ninguém queria aqueles meninos, nem os projetos, nem a escola, nem a comunidade, nem pai ou mãe, nem o diabo, só Deus mesmo queria aqueles garotos. Desses 43 meninos, 36 morreram. A gente se desesperou. (Uchoa, 2011, p. 9)

Como relata o próprio Paulo Uchoa (2011) às iniciativas pensadas só poderiam ocorrer em longo prazo, porém, muitos estavam morrendo, algo precisava ser realizado com urgência. Então, um acordo foi travado entre esses 43 jovens e o educador social, ex-jogador de futebol Paulo Uchoa: eles parariam de matar, roubar e ele os ajudaria a superar as dificuldades enfrentadas ao longo de suas caminhadas.

Assim, no ano de 2008 nasce o projeto Meninos de Deus,

Dele passaram a participar meninos envolvidos com crimes e outros não envolvidos. Todos eles viviam em lares muito empobrecidos e sem estrutura material, econômica, afetiva; muitos pais eram separados, desempregados, usuários de drogas e mesmo traficantes. Segundo Uchoa, os meninos tinham atitudes que revelavam baixa autoestima devido a uma série de situações: pouca escolaridade, dificuldade para se expressar, problemas familiares (pais traficantes, separados, espancamentos). A

sociabilidade violenta, como define Cavalcante (2010), própria do mundo do tráfico, encontrava um celeiro doméstico que a nutria cotidianamente. Ao tomarmos esses relatos, podemos dimensionar os desafios que se apresentam ainda hoje ao trabalho social na área em questão. (PEREIRA, 2013. p. 9).

Paulo Uchoa e os Meninos de Deus começaram a se reunir em alguns espaços, como casas alugadas, terrenos, até obterem um vínculo com a Organização Não Governamental CoNvIDA, organização fundada no ano de 2001, que teve como iniciativa articular lideranças das comunidades Santa Filomena, Sítio São João, Nova Perimetral, Conjunto Palmeiras I e II, localizadas no grande Jangurussu, pertencentes à regional VI, em uma perspectiva de mobilização da sociedade civil na garantia dos direitos humanos e sociais dos moradores da região.

Essa ONG atende anualmente mais de 1.067 famílias em situação de pobreza, totalizando 1889 crianças, adolescentes e jovens. A CoNVida é filiada com o Fórum Social do Movimento de Luta contra a AIDS, a Rede Cearense Economia Solidária, o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção do Trabalho Adolescente no Ceará, e a Rede de Articulação do Grande Jangurussu e Ancuri. (BARROS, 2010). Possuindo parcerias com a Visão Mundial, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, a Fundação da família e da criança cidadã, dentre outros.

A CoNVida também desenvolve alguns outros projetos, como o Rota da Paz, que atende em média 40 jovens que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade social, estimulando-os a desenvolver a cultura de paz. A ONG também atua com o projeto Coca-Cola, que visa a formação de jovens para a inserção no mercado de trabalho, com o oferecimento de aulas de corte e costura, design e outros. Desenvolve projetos esportivos e culturais como as aulas de capoeira e maculelê.

A ONG também compõe a Rede de Articulação do grande Jangurussu e Ancuri (REAJA), implantada em 2006 com o objetivo de articular a população das comunidades, entidades, movimentos sociais, na promoção da garantia dos direitos das crianças, jovens e adolescentes da referida periferia de Fortaleza, sendo composta por projetos e ONG, sociedade civil, organizações comunitárias e todos os interessados em debater e promover uma mudança social, principalmente, com os jovens. É integrada, atualmente, por 29 organizações. Sendo uma articulação permanente das comunidades já mencionadas, que se reúnem mensalmente para debater questões referentes às situações das comunidades pertencentes a essa articulação. (BARROS,2010).

A REAJA tem como objetivo, no enfrentamento contra a violência na região, bandeiras de luta como: Defesa e luta pela educação integral e de qualidade; articulação e fortalecimento das lutas comunitárias locais; formação sócio-política, prioritariamente para adolescentes e jovens e o Projeto Meninos de Deus (BARROS, 2010, pg.95).

Para além da REAJA, o projeto Meninos de Deus e a Convida são parceiras da Visão Mundial que é:

[...] integrante da World Vision International, que atua em mais de 90 países. A organização tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, atua desde 1975, beneficiando diretamente ou indiretamente mais de 83 mil crianças e quase três milhões de pessoas em 1.024 comunidades em 10 estados. (VISÃO MUNDIAL, 2018)

As formas de interação e integração dos movimentos sociais e sociedade civil se dão das mais diversas formas, seja, através de representações religiosas, como a influência da Diaconia¹⁰, seja através da participação de ONGs, ou simplesmente pessoas interessadas em modificar, minimante a realidade dos jovens que vivem em condições adversas e de total vulnerabilidade.

4.1 A metodologia dos Meninos de Deus

Já é terça-feira, os pés e mentes carregados de sonhos e desejos caminham ao longo das calçadas quebradas, onde suas margens encontram-se molhadas pelo esgoto que não cessa de correr. Pés que trilham o caminho da violência, das incertezas. Esses pés vão se somando, sob o sol das 13 horas, ao longo das ruas do Parque Santa Filomena. Os gritos vão se tornando, cada vez, mais intensos. O ponto de encontro é o local preferido deles, o campo do Coritiba.

Às 14 horas vão se aproximando e os jovens vão adentrando o prédio da ong Convida, de forma livre, reconhecendo aquele lugar como uma extensão de suas casas. Eles caminham para um ambiente aconchegante, ao ar livre, debaixo de uma mangueira que os sombreia até as 16h. Os Meninos de Deus vão chegando aos poucos, participando aos poucos, e quando nos apercebemos, já compõem a roda de conversa cerca de 30 jovens, ansiosos não

¹⁰ A Diaconia foi criada em 28 de julho de 1967 na cidade do Rio de Janeiro. É uma organização social de serviço, sem fins lucrativos e de inspiração cristã. Fruto da convocação da Confederação Evangélica do Brasil, é composta de 11 Igrejas. No início da década de 1980, transferiu sua sede para o Recife (PE), atuando em três estados do Nordeste, região que concentra o maior número de pobres do país. Disponível em: <http://www.diaconia.org.br/novosite/institucional/quem-somos.php>

apenas para compreender a totalidade da temática exposta na palestra, mas para participar de outra atividade, o futebol, que só acontece após essa conversa.

A metodologia proposta por Paulo Uchoa aos Meninos de Deus é estabelecer, antes de qualquer atividade, um diálogo sincero e interativo. Ou seja, as rodas de diálogo, conhecidas como “palestras”, ministradas pelo educador social, chamado carinhosamente pelos participantes do projeto de Paulinho, têm como motivação central estabelecer discussões que envolvam as temáticas cotidianas dos jovens, sendo um momento de integração, quando os jovens expõem suas opiniões frente às temáticas apresentadas; essas variam, tratam de assuntos tais como: cidadania, relacionamentos amorosos, drogas, pichação; isso proporciona aos jovens presentes, tratar de algo relacionado às suas vidas, fazendo com que eles se sintam contemplados pelo assunto apresentado, gerando um ciclo de identificação.

É notório que os jovens sentem uma forte admiração pelo educador social Paulo Uchoa, o qual teve sua trajetória ligada ao esporte, especificamente o futebol, assim como muitos dos jovens de periferia, que carregam o sonho de serem jogadores profissionais de futebol ou como eles mesmos denominam *um craque da bola*.

Paulo Uchoa nasceu no interior de Itapajé, mas mudou-se para a comunidade Santa Filomena aos três anos de idade, sem muitas perspectivas de vida, conheceu o ambiente escolar apenas aos 15 anos de idade, tendo que trabalhar desde muito cedo para garantir, minimamente, a sobrevivência de sua família.

Como mencionado até então, o Projeto Meninos de Deus possuía uma metodologia em que:

Os temas das rodas semanais são definidos pelo grupo ou trazidos pelo educador social, retirados de um planejamento mensal ou motivados por situações emergenciais – como, por exemplo, a apreensão de um jovem pela polícia por roubo, pichação ou outra situação; ou mesmo devido a algum conflito ocorrido na semana em virtude de comportamento inadequado de jovens. A conversa se dá de forma bastante interativa, com dramatizações, interpelações, perguntas, gozações; e ainda que sejam tratadas situações graves, como prisão de algum participante do projeto, ausente ou presente àquela reunião, a atividade é lúdica, alegre, barulhenta, própria da ambiência juvenil. (PEREIRA, 2013 p. 4–5).

O que nos chama atenção durante as rodas de conversa, para além dos momentos de descontração, em que as brincadeiras, falar alto e rir bastante são corriqueiras, é a disputa de pensamentos pelas temáticas expostas; nesse momento os jovens exprimem suas opiniões, por vezes, discordando dos posicionamentos de Paulo Uchoa, o que imprime às rodas de diálogo certo dinamismo. No entanto, existem momentos em que o silêncio e a dispersão assolam

aqueles jovens, principalmente quando se aproxima das 16:00h, pois o interesse e o foco passam a ser dos colegas que vão chegando e se encaminhando para o campo do Coritiba.

Inicialmente, essas rodas de conversas e a metodologia utilizada para o desenvolvimento das atividades do projeto Meninos de Deus aparecem como elementos aleatórios ou sem planejamento aí aplicados. No entanto, tal metodologia possui uma fundamentação, tendo como balizadores os princípios da Educação Popular. Essa metodologia foi sistematizada por uma equipe do Convida, no ano de 2011, e consolidada com a publicação em dois volumes.

Alguns instrumentos podem ser observados para a execução de tal metodologia, como a linguagem adotada, as temáticas e os temas transversais abordados, a disciplina e responsabilidades.

A linguagem abordada, vista como uma criação social, ganha importância, pois os grupos a utilizam para promover uma identificação, sejam elas de idade cronológica, classe social, ambiente familiar e social, cultura a que pertencem, dentre outros. (Uchoa, 2011). Essa mesma linguagem é um reflexo do contexto social em que o jovem está inserido, porém não deve se restringir apenas a questões geográficas ou políticas; a linguagem também possui uma dimensão social e filosófica latente, como nos aponta Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do Oprimido*:

Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: *a palavra*. Mas, ao encontramos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos construtivos. Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão. (1987, p. 77)

Logo, compreender a linguagem é mais do que conhecer a palavra ou elemento transmissor em si, mas é descobrir e surpreender-se com as capacidades de ação e reflexão provocadas por essa, ou seja, os jovens que estão em processo de construção de identidade, de formação juvenil exercem maior influência sobre tal fenômeno, seja como forma de afirmação social, em que surge a necessidade do reconhecimento, seja, por uma forma de descontração grupal.

A linguagem é um elemento fundamental para a aceitação e efetivação das rodas de diálogo, pois é através dela que o processo reflexivo se concretiza; como nos guia Paulo Freire, a existência não pode ser muda, nem nutrida de palavras falsas, pois é através da pronúncia do mundo que eu o modifico, e este, pronunciado, volta problematizado.

Outro elemento trazido na Metodologia aplicada aos Meninos de Deus relaciona-se às temáticas e temas transversais abordados. Os temas transversais são divididos em três eixos, são eles, 1- Desenvolver a capacidade de controlar impulsos: Saber dizer não a drogas lícitas e ilícitas; 2- Resgate e promoção do convívio familiar e comunitário; 3 – Gerar oportunidades para preparação e inserção no mundo do trabalho.

O primeiro tema traz elementos importantes para a superação dos impulsos possíveis à utilização das drogas, sendo eles a prática de desportos, estimulando os jovens a inserirem-se em práticas esportivas como o futebol, a capoeira, promovendo assim uma interação e uma integração entre eles.

A promoção de atividades arte-culturais também é necessária para trabalhar a identificação cultural, étnico-racial, auxiliando na compreensão do que seria inclusão social, além da realização de atividades de dança, teatro, dentre outras. Na tentativa de superar o uso das drogas é estimulada aos jovens a participação nos processos religiosos ou ligados a espiritualidade. Por fim, temos o resgate da autoestima, pois muito dos jovens, devido às suas condições sociais, econômicas, passam a não confiar em si mesmos, sentindo-se inferiores, o que contribui para levá-los ao consumo das drogas.

O segundo tema, resgata a promoção do convívio familiar e comunitário, buscando trabalhar a ressocialização dos jovens, pois muito desse convívio se perde devido à problemática já exposta no primeiro item, ou pelo envolvimento com o roubo, tráfico, dentre outras atividades consideradas ilegais.

Por fim, o terceiro tema, trata de gerar oportunidades para preparação e inserção no mundo do trabalho, sendo considerado o eixo de culminância, mediante os incentivos postos, tendo o estudo como caminho para a inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional.

Esses elementos temáticos são trazidos de forma descontraída ao longo das rodas de diálogo promovidas pelo educador social, estabelecendo com os jovens uma identificação através da temática abordada, pois essa também deve ter a característica de conseguir inquietar e fazer com que os sujeitos se percebam como pertencentes e participantes do processo, tanto de transformação social, que as rodas de diálogo proporcionam, como de formação sobre os temas a serem apresentados.

Como nos apresenta Paulo Freire,

[...] o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1987. Pág. 84).

Considerando essa perspectiva de Freire, nesse momento o papel fundamental do educador é transformar aquilo que foi exposto pelos educandos; no caso dos jovens do projeto Meninos de Deus, considerar suas necessidades, experiências diárias e transformá-las em temáticas possíveis à reflexão, ao questionamento, à transformação, sem imposições, em um processo regido pelo diálogo.

Outro eixo temático trazido pela metodologia se refere à disciplina e responsabilidade. Vista por formadores do Projeto como uma das temáticas mais difíceis de serem expostas e praticadas, ela deve ser apresentada como orientação que promoverá um processo de significação de tais funções para os jovens¹¹.

Com isso, para serem criados mecanismos que desenvolvam nos jovens a disciplina, os limites e a responsabilidade, é necessário que se criem acordos, organizados e pensados pelos próprios agentes. No Projeto Meninos de Deus são destacados alguns desses mecanismos, como as normas de convivência, que são iniciativas criadas pelos facilitadores e jovens. Normas de convivência do próprio grupo e a ética do grupo Meninos de Deus, dentre outros. Esses são alguns dos elementos que servirão para a criação e manutenção de um bom relacionamento grupal. O que culminará nos pactos de convivência e composição de regras.

Ao conhecermos a metodologia sistematizada pelo Convida do projeto Meninos de Deus e nos depararmos com as palavras Amor, Esperança e Fé fazemos uma relação direta com as ideias de Freire, quando ele esse menciona a importância da fé nos homens. Porém, não uma fé ingênua, mas uma fé que é a base para o diálogo, para a criação do homem dialógico.

Outro elemento trazido por Freire refere-se ao amor e à importância de fundar-se nesse.

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se, amorosos, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos (FREIRE, 1987, p. 81).

Além das práticas metodológicas de roda de diálogo, o projeto também desenvolve o futebol, como mencionado — esporte que está atrelado diretamente à vida dos Meninos de

¹¹ Além da formação que as atividades aqui descritas proporcionam, os jovens têm outras oportunidades de formação, como por exemplo, seminários e encontros promovidos pelo Convida, que contam com a participação da REAJAN e de outros movimentos sociais e instituições.

Deus e de Paulinho, ex-jogador profissional de futebol. Esse esporte é uma das atividades do projeto que visa, juntamente, com a parte educativa e social das palestras, valorizar o esporte mais acessível a eles, a bola no pé.

O Coritiba, campo onde o jogo de futebol é realizado, localiza-se em frente à sede da ONG. É interessante observar que quando o horário se aproxima, os meninos já estão dispostos a pegarem as traves e levá-las para fora, de modo a organizar prontamente o terreno a ser explorado.

No entanto, com a atual conjuntura exposta nos capítulos anteriores, referente ao crescimento das organizações criminosas e aumento das taxas de homicídios em Fortaleza o perfil dos Meninos de Deus, bem como a metodologia aplicada necessitou ser modificada.

No final de 2016 e início de 2017 o perfil dos integrantes do projeto e a organização do projeto Meninos de Deus passaram por algumas alterações, desde horários a faixa etária dos jovens. Se antes o projeto recebia verba da Visão Mundial, bem como possuía o apoio estrutural da ONG CoNVida, em 2017 o contrato do projeto não foi renovado com a ONG, passando assim a não ter um local fixo para a realização das palestras e dos temas geradores. Isto envolvia ainda uma mudança etária do grupo a ser atendido. Antes a faixa etária comportava jovens de 15 a 30 anos. No momento atual, com a reestruturação do projeto são atendidas crianças de 5 a 13 anos, com exceção de alguns jovens que participam mesmo tendo 16 anos.

Durante o depoimento de um dos jovens, que antes era um dos Meninos de Deus e hoje está à frente do projeto como colaborador, fala que: *“Não queremos mais trabalhar com o resgate, não que a gente tenha deixado de lado, mas nosso foco agora é a prevenção. Não queremos que essas crianças cheguem na situação extrema”*, observa-se um olhar de preocupação com as palavras a serem ditas, o cuidado a cada resposta.

Esse novo formato do projeto tem cerca de oito meses e tem atendido em média 100 crianças, na faixa etária de cinco a dezesseis anos, sendo esse último grupo, minoria, integrando a ele, apenas alguns jovens que necessitam de um olhar mais vigilante, como afirmam os próprios educadores sociais.

Anteriormente, o projeto funcionava dias de terça-feira e quinta-feira, das 14h as 16 horas. No entanto, os horários tiveram que ser adaptados para a realidade escolar das crianças, passando a ocorrer dias de terça-feira, quinta-feira, a partir das 17 horas, logo após a saída da escola, e aos sábados, pela manhã.

As palestras passaram a ser comprometidas, já que a ONG não cede sua estrutura

para as realizações de ações relacionadas ao projeto. As crianças se encontram diretamente no campo do Coritiba ou na areninha, feita por um morador, que reformou um espaço que estava abandonado o transformando em um espaço para lazer dos jovens.

Durante as conversas realizadas com os jovens, pode ser observado que a mudança do perfil de público-alvo se deu não apenas por uma questão de propor uma nova metodologia de prevenção, mas devido aos jovens participantes do projeto terem evadido, devido a questões relacionados a inserção no mercado de trabalho, bem como a relação que esses jovens desenvolveram com o crime, encontrando-se preso, ou agindo de forma direta com as facções, o que impede principalmente o deslocamento livre pelas ruas do bairro.

4.2 Os muros (in)visíveis da cidade

O que as paredes pichadas têm prá me dizer? O que os muros sociais têm prá me contar? Porque aprendemos tão cedo a rezar? Porque tantas seitas têm, aqui seu lugar? É só regar os lírios do gueto. Que o Beethoven negro vêm prá se mostrar. Mas o leite suado é tão ingrato. Que as gangues vão ganhando cada dia mais espaço. Tudo, tudo, tudo, tudo igual (Brixton, Bronx ou Baixada – O Rappa)

Ao observar um trecho da letra da música do grupo carioca O Rappa, nos deparemos com a situação apresentada no bairro Santa Filomena, e que tem sido uma constante nos bairros de periferia da cidade de Fortaleza. A atenção aos muros. O que eles falam? Para quem eles falam?

Ao caminhar pelas ruas que iam se estreitando, ficando com mais pessoas na rua, com água correndo pelas margens e canteiros, por uma paisagem que se apresenta cada vez mais diferente a cada quarteirão, com bares na esquina, asfalto desgastado, inúmeras lombadas, pessoas olhando para dentro dos carros que ali passava, e os muros que começavam a falar, a se apresentarem como locutor daquela comunidade. Os avisos estavam dados. “Se pegar roubando aqui vai morrer”, siglas de facções estabelecendo de forma explícita que ali o território era deles, mas duas ruas depois não era mais, já era de outra, e duas ou três ruas depois, de outra. Havia crianças correndo e brincando de bola, tem muito sorriso, mas depois vi que também tem muito choro.

As relações estabelecidas com o bairro e a cidades, com as ruas, praças, aparelhos culturais, com o que é público e privado pelos jovens moradores do bairro Santa Filomena são

complexas e fatais.

O direito de ser jovem é negado quando esse afirma “*estou conversando com você de boné, porque estou dentro de casa, se estivesse fora, não usaria*”. Um boné, uma blusa, uma bermuda, uma cor, são escolhidas pelos muros das cidades, pelos muros invisíveis e visíveis que cercam e cerceiam a vida humana da periferia. São mães, pais, filhos, filhas, sobrinhos, sobrinhas, netos, netas, avós, avôs, amigos e amigas que são vítimas e algozes.

Para compreendermos melhor a relação do jovem com a cidade é preciso entender que as políticas de habitação, no momento de urbanização e modernização das cidades, como nos auxilia no pensamento Milena Santos (2016), junto ao estado de bem estar social proporcionou um agrupamento da população mais pobre em cortiços e favelas, bem como a especulação imobiliária fez com quem a maior parte da classe trabalhadora não tivesse acesso a ocupar habitações melhores, afinal, as novas formas de habitação geraram grande lucratividade para o capital.

Assim, as novas estruturas sociais foram se configurando em torno dos novos centros das cidades e os seus moradores ganhando e desenvolvendo novos perfis tanto nos centros como nas periferias.

Os jovens em sua maioria negros, pobres e moradores das periferias passam a ter dificuldades referente ao acesso ao restante da cidade, inicialmente, por um fator “simples”, a distância que suas moradias se encontram da maioria dos aparelhos culturais e de grandes eventos.

No caso dos jovens moradores do Santa Filomena e a configuração espacial do seu bairro para centros culturais como Dragão do Mar, Praia de Iracema, cinema, teatro e praças são de difícil acesso. Devido, como já mencionado, a distância, bem como os meios utilizados para ir e vir, como os transportes coletivos. Que possuem preços no qual esses jovens, por vezes não possuem recursos para arcar com a passagem, que custa, atualmente, R\$3,40.

Não podemos esquecer que, como afirma Harvey (2014)

O direito à cidade é fruto de uma ambição coletiva, com raiz na seara dos direitos humanos, e que visa se sobrepor à lógica liberal – ou neoliberal – em que predominam o direito de propriedade privada, puro e simples, e a taxa de lucros acima dos direitos essenciais para a vida da própria sociedade. (Harvey, 2014, p. 27).

Fala-se em direito a cidade pois essa é diariamente negada aos que moram na periferia, luta-se pelo direito a cidade, para se ter o direito à vida e ao bem viver. Fala-se em

direito a cidade, pois como direitos ao lazer, a cultura, ao esporte, a moradia, ao ir e vir são negados. Não se fala em direito a cidade como um simples jargão, mas como uma forma de tentar, minimamente, apresentar que a vida humana pede por liberdade.

Trinidade (2012), em seu texto expõe que:

O direito à cidade é uma queixa e uma exigência. A queixa enquanto resposta a uma “dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade”. E a exigência enquanto impulsionadora da busca de uma “vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida”, ao mesmo tempo que “conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates [...] e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (Harvey, 2014, p. 11). (TRINDADE, 2012, p.9)

E complementa

Carlos (1994, p. 88) reitera esse direito focalizando o papel dos movimentos sociais: É a luta pela cidadania, a luta por transformações socioeconômico- espaciais. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importando o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É o direito à participação numa sociedade de excluídos. (TRINDADE, 2012, p.10)

O direito a cidade é um grito pelo direito a vida, um grito de alerta e socorro. Ao perguntar sobre a cidade e qual a importância dela para eles (jovens do Santa Filomena) as respostas não divergem. “*A gente gosta daqui*”. “*Nos gosta do campo, de jogar bola*”. “*Às vezes a gente vai pro Sítio São João*” (JOVEM 4)

Essas são as falas de alguns jovens quando questionados sobre quais espaços eles gostam ou costumam frequentar. Observar-se com as respostas que são localidades próximas a suas residências ou um bairro vizinho, mas sem grandes deslocamentos geográficos.

Ao conversar com os jovens, sobre os mais diversos assuntos, ao olhar e observar os rostos acanhados, envergonhados e por vezes com medo de falarem algo que não pudesse ser tido percorreu todo o processo de diálogo estabelecido entre mim e os jovens. As formas descontraídas quando se sentiam com mais liberdade, as brincadeiras que realizavam com quem iam passando na rua, a pressa de sair ou o medo de ficar eram características comuns, assim como as falas.

Compreender sobre o processo de urbanização, especulação imobiliária, a forma como as periferias foram sendo estabelecidas e construídas, reconhecer que a classe trabalhadora é o maior público das habitações fazem com que o Estado crie, não por boa vontade, mas por pressão dos movimentos sociais, alguns aparelhos para assistirem a essa

parcela da população, seja no âmbito do lazer, com os CUCAs (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), ou saúde, como o posto localizado no Santa Filomena, que demorou cerca de nove anos para ser entregue.

Ao conversar com os jovens sobre a importância do CUCA e a utilização que esses dão, os mesmos respondem de forma categórica: “*A gente num usa não. A gente não gosta não*” (JOVEM 5). Mas, após conversa realizada com um dos jovens que está à frente e encontra-se no projeto por um período mais extenso observamos que os motivos vão para além do não gostar.

Eles não vão no CUCA não é porque não gostam não. A maioria não sabe nem o que tem, não sabe como funciona. Quando descobrem que tem natação, tem esporte, tem um monte de coisa eles se interessam. Mas, as vezes eles nem procuram saber, vão pela cabeça dos outros. Um diz que não presta e pronto. Mas, o que eles tem vergonha e medo de dizer é que a maioria não anda no CUCA porque se aparecer por lá morrer. (JOVEM 1)

Com isso, observamos que a questão da demarcação e determinação do território e a territorialidade pelo tráfico ocorrem de forma latente para esses jovens, sendo esses impedidos de conhecer e usufruir de espaços e ações que são desenvolvidas para eles.

Logo, reconhecer que o território e as questões que envolvem a territorialidade englobam as relações estabelecidas pelo Estado com o povo, bem como as relações que se desenvolvem no meio geográfico que também é meio social, é notório que, o menino que anda em determinada rua, não pode caminhar livremente por outras ruas que carregam siglas e interesses contrários.

Para Haesbaert (2001),

o território traz consigo a dimensão tanto do simbólico, quanto do material. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2001, p. 674)

A partir dessa citação, algumas indagações podem nos servir de alerta como: quem são os privilegiados de usufruir o espaço público? Quem cria uma identificação positiva com os espaços que transitam? Quem se “apropria” e se identifica com os espaços? Será que são os jovens do Jangurussu?

Essas questões se tornaram evidentes durante os processos de observação e entrevista com os jovens, quando esses afirmam não conhecer espaços culturais como o Dragão do Mar, a praia de Iracema, praça Portugal, locais tão famosos e caros a boa parte da classe média alta de nossa cidade, são completos desconhecidos a esses jovens.

Ao observar o abismo de classes expressa através da falta de acesso aos aparelhos culturais, de lazer, nesse processo é importante perceber questões que atingem diretamente o direito de ir e vir, como o acesso ao transporte, a informações, dentre outros.

Não se pode dizer que a questão de territorialidade e território são questões meramente geográficas, elas também são questões sociais que se estreitam por meio do Estado como forma do mesmo se fortalece, implementando através da dominação de seu caráter econômico, cultural e bélico, como potência temível, por meio de relações sociais de dominação e de violência.

A questão da territorialidade se estende quando, ao ser conversado em uma das entrevistas o jovem afirma:

A maioria não conhece a praia de Iracema. Nunca foi ao Dragão do Mar. Esses cantos são muito longe. Aí os cantos que vai é os que dá pra ir de bicicleta. Pra ir de ônibus é ruim, quase nunca param, Então, a gente prefere ficar por aqui, no campo, vamos lá pro Sítio São João (JOVEM 5)

Como observamos ao longo da pesquisa, as questões de usufruir os espaços públicos vão além das questões apresentadas acima. No atual contexto observamos que esses jovens, simplesmente não podem sair do espaço que lhes é concedido, sob pena de morrerem ou matarem entes próximos.

Não poder se vestir, andar na rua que quiser, falar com as pessoas que quiser são privilégio, que atualmente, no Jangurussu não existem. Os jovens que são próximos ou diretamente ligados ao tráfico restringem-se aos ambientes de duas ruas ou alguns quarteirões. O medo de falar com alguém que cresceu com você desde a infância assola, pois, pode ser as organizações não sejam as mesmas.

O projeto Meninos de Deus, em sua nova configuração, busca trabalhar com a prevenção da juventude, e ao longo das observações e entrevista se evidencia a real importância e força que o educador social Paulo Uchoa possui na comunidade, bem como a grandiosidade dos demais colaboradores no processo de escuta e fala com os mais novos jovens pertencentes ao projeto.

Um dos jovens relata um trecho do diálogo realizado com Paulo Uchoa: *“Paulinho, esses meninos não vê que nós tamo morrendo? Porque é que eles querem entrar nisso? Conversa com ele, diz que não é bom não”*. (JOVEM 2)

A fala do jovem nos revela que os próprios são cientes do que eles podem ou não fazer, os espaços que podem ou não estar, com quem se pode falar ou não. As regras impostas por outros, que não podem ser violadas ou lhes custam a vida. As ordens que estão postas nos muros. E as que ultrapassam esses mesmos muros e invadem de forma avassaladora a vida daqueles moradores, do bairro, das famílias, das comunidades e da cidade.

Um dos colaboradores relata que, atualmente, no projeto existe duas crianças que são inseparáveis, mas que carregam na trajetória familiar um conflito entre os pais, em que o pai de uma das crianças executou o pai da outra. Mas, que até então, as famílias não exercem nenhuma barreira para essa amizade. Nem tampouco, as crianças têm o conhecimento sobre os acontecimentos que envolvem os pais.

O novo e velho. Os jovens de antes e os jovens de hoje. Do resgate a prevenção. O projeto se molda em uma tentativa de manter a comunidade viva. Onde os próprios jovens afirmam: *“Aqui só num tá pior porque a gente tem o Paulin”*. (JOVEM 3)

A esses jovens antes de ser falado em direito de usufruir os espaços públicos, que eles podem e devem ocupar os mais variados espaços, é preciso falar de resistência, e o simples fato de amanhecer vivo, para alguns daqueles jovens, já é o suficiente.

Observa-se ao longo do tempo de pesquisa que as políticas públicas existentes não abarcam as demandas dessa juventude, as políticas de lazer, de cultura, não conseguem atravessar os muros visíveis do Jangurussu. Diariamente, nossa juventude grita por socorro, e, aos poucos, algumas vozes vão sendo silenciadas.

Seja pela violência gerada entre eles, ou sendo exterminados pelo Estado. Quando se escuta de terceiros o depoimento de um jovem morador da comunidade, que se encontrava em uma perseguição, após um roubo, no qual deve um jovem como vítima, o policial fala referindo-se ao jovem que não estava baleado: *“Olha, tu escapou, porque não levou nenhum tiro. Esse aqui como tá baleado vai morrer”*. (JOVEM 1).

Assim, observamos como a polícia age com permissão do Estado para ser o executor. Ou seja, na periferia o Estado opressor não está ausente, ele mostra suas diversas faces. A própria forma de está “ausente” é uma forma de estar.

Os depoimentos dados pelos jovens que compuseram são cercados de medo, e inseguranças. Uns de forma bem mais tímida que outros, são monossilábicos, outros que falam um pouco mais, possuem um contexto dentro da comunidade e do próprio projeto mais afastada com a questão das facções.

O novo público, as crianças, são familiares, amigos dos que outrora estava também jogando no campo. Infelizmente, algumas realidades se repetem, outras se tenta mecanismos, como o próprio educador diz, de prevenção.

Como afirmado ao longo da pesquisa, os jovens são protagonistas de suas ações dentro do espaço da comunidade. Que, segundo relato encontrava-se em paz há oito meses, mas como afirma “*mas vai acabar. Deram sete tiros domingo no pai do cara que comanda aqui a região, então já viu né*” (JOVEM 4). Dessa forma as vidas vão acontecendo no Parque Santa Filomena.

4.3 Dos sonhos de ser jovem

Ao apreender ao longo dessa pesquisa, quem são esses jovens, onde vivem, o que fazem, em que contexto social estão inseridos, as formas de resistência por eles utilizadas, eles possuem um ponto comum. Todos os jovens entrevistados e analisados na pesquisa possuem um sonho. Um sonho de mudança, o sonho do bem viver.

Trazer as percepções referentes aos sonhos, desejos e projetos de vida acalentados por esses jovens revela-se um dos maiores desafios desta pesquisa. Pois, compreender e apreender que esses sentimentos são motivados por uma trajetória social, familiar e escolar vulneráveis, faz com que esses sejam elementos de suma importância para a análise geral e compreensão das ações externalizadas por esses sujeitos, como as próprias formas de ações violentas, pichações e outros.

Com isso, somos surpreendidos pelas seguintes perguntas: O que é sonhar? Como sonhar na periferia? A periferia sonha? Os Meninos de Deus projetam seus sonhos? Que projetos são esses? O que os jovens entendem por projetos de vida? Quais as influências promotoras desses sonhos?

Essas são algumas perguntas que nos proporcionam uma reflexão acerca do sentimento juvenil, das incertezas motivadas pela fase de vida em que se encontram e as

situações objetivas em que estão inseridos. Sonhar, para esses jovens, nada mais é do que uma tentativa de fuga da realidade, sendo o mecanismo mais prático e fácil de superar um cotidiano de dor, desgaste e opressões.

Ao longo das inúmeras visitas realizadas em campo, das observações participantes ou não, das conversas informais, o olhar dos jovens, de formas subjetivas, nos alertava para algo. Alertava-nos para uma necessidade de carinho, atenção, de estímulo para buscar a realização de seus desejos e vontades.

Durante as rodas de diálogo, as referências postas, direta ou indiretamente, a Paulo Uchoa, o Paulinho, nos fazia dimensionar a representação concreta e simbólica que ele exerce na vida dos inúmeros jovens da comunidade e, principalmente, dos Meninos de Deus.

Como dito ao longo do capítulo, Paulo Uchoa, mudou-se para Fortaleza aos três anos de idade, se fixando desde então na comunidade Santa Filomena, observando os vários processos de transição e mudanças sociais enfrentadas no bairro. Contudo, o trabalho sempre esteve presente como necessidade, o que resultou em sua inserção no mundo escolar apenas aos 15 anos; e desde então não parou de atuar na comunidade Santa Filomena.

Seu maior sonho era ser jogador de futebol profissional, conseguindo tal feito durante cinco anos de sua vida no time do América, que no momento se encontrava na 1ª divisão do campeonato cearense. E fala:

Realizei meu sonho, joguei com todas as equipes que disputavam o campeonato. Aí veio a primeira contusão no joelho, fiz uma cirurgia e tentei voltar. Foi necessário outra. Voltei a jogar e novamente me contundi, agora pela terceira vez. Então pensei comigo mesmo: Deus está me dando uma missão. Fui à sede do time procurei o presidente e falei que não iria mais jogar. Nessa altura eu colaborava como voluntário numa escolinha de futebol. Quando dei a notícia aos meninos da escolinha Craques de Cristo, que eu não ia mais jogar profissionalmente, foi como se eles tivessem ganhado um campeonato, ficaram muito alegres, pois sabiam que eu iria ficar com eles definitivamente. (Entrevista com Paulo Uchoa apud BARROS, 2010).

Conhecer um pouco da história de vida de Paulo Uchoa, é conhecer como caminha o projeto, é conhecer as influências exercidas aos Meninos de Deus, é criar com esses jovens um sentimento de identificação. Muitos deles se enxergam no Paulinho.

A realidade até então exposta durante essa pesquisa “força” esses jovens a sonhar com uma mudança social, com o desejo de criação de mecanismos em que viver seja possível. Os conflitos que envolvem a vida do novo e o velho, das crianças e dos jovens que fazem parte do projeto se entrelaçam.

É importante observarmos quando um dos jovens fala: *Esses meninos não veem que nós estamos morrendo? Por que eles continuam querendo entrar para o crime?* (JOVEM 2) O sonho deles é que essas crianças que se encontram na nova forma de organização do projeto olhem e os veja como exemplo para não continuarem almejando projeções que são ruins para suas próprias vidas. Pois, pode até existir a opção de entrar, mas jamais haverá a opção de sair sem consequências.

O ano de 2018 se torna se suma importância, pois, no dia 14 de agosto o projeto completou dez anos. Dez anos de conquistas e lutas. De muitas perdas e desafios. Mas, também de muita solidariedade e fé. Fé nas pessoas e principalmente como suas vidas podem transformar e inspirar novas vidas. Mais do que isso, é torna-se responsável pelo outro, é saber cuidar da comunidade.

O sonho dos jovens vai para além do que querem ser daqui há dez, quinze anos. Se trata do agora. Os sonhos do novo e do velho, é poder ter o amigo que quiser, sem que isso possa lhes custar a vida. Poder abraçar e ir jogar com alguém que admiro, e que as brigas entres os pais não afete as relações e laços que forma criados independente dos conflitos.

O sonho de ser jovem é poder andar pela cidade e conhecer novos lugares. Pois, é possível sair daquela rua ou daquele quarteirão sem ser morto. É não fazer mais a mãe, a avó, ou a figura que eles mais admiram chorar.

A juventude sonha em não chorar mais. Apenas sorrir, sorrir mesmo. Sem medo de mostrar o rosto, de usar boné, de vestir a cor da camisa que quiser. Usar o penteado que achar bonito, sem precisar ser punido. Assim sonha a juventude. Mas, saibam, não é qualquer juventude que sonha com isso. São os jovens da periferia, os negros e negras. Os que são (in)visíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos questionamentos apresentados ao longo da pesquisa, pudemos observar que a realidade se mostra de forma mais complexa do que a própria escrita. Quando nos deparamos com questionamentos sobre violência, juventude, periferia, quais espaços esses jovens ocupam, esses são alguns pontos que nos fazem refletir sobre a vida em sociedade, bem como pensarmos, de forma básica sobre o conceito de sociedade.

Na atual conjuntura, e com o modelo de neoliberalismo em uma de suas versões mais perversas e cruéis, tem dilacerado vidas negras, jovens e periféricas. Com o auxílio dos estudos realizados pelo Mapa da Violência, 2018, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) observamos que:

[...] em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0 por 100.000 habitantes contra 40,2) (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018)

Em relação a esse dado fica evidente a divisão racial, quem morre e quem não morre hoje no Brasil é uma questão de cor. E continua:

Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%", diz o relatório. As maiores taxas de assassinatos de negros no Brasil se encontra em Sergipe (79 por 100.000 habitantes) e Rio Grande do Norte (70,5). As menores taxas de homicídios de negros são a de São Paulo (13,5), Paraná (19) e de Santa Catarina (22). "A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança", afirma o estudo. A situação das mulheres negras também é grave: a taxa de homicídio entre elas "foi 71% superior à de mulheres não negras". Os homens, no entanto, continuam sendo as maiores vítimas da violência. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018)

Como afirmamos ao longo da pesquisa outro público que se torna alvo de maior violência e extermínio são os jovens que, também segundo estudos trazidos no mapa da violência retratam que:

A vitimização por homicídio de jovens (entre 15 e 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas, mas que permanece sem a devida resposta em termos de políticas públicas que efetivamente venham a enfrentar o problema", diz o estudo. No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. O dado é péssimo especialmente porque em 2015 houve uma pequena redução ante 2014, de -3,6%. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018)

E os dados não param por aí:

A Polícia que mais mata no Brasil é a do Rio de Janeiro. Em 2016, 538 pessoas perderam a vida pelas armas das tropas do Estado, quase o dobro do número registrado no ano anterior (281). No total, 4.222 brasileiros foram mortos pela polícia naquele ano. (MAPA DA VIOLENCIA, 2018)

Aos observamos esses dados percebemos que a conjuntura brasileira, tem se voltado contra a juventude, bem como essa mesma política de extermínio vem sendo ancorada pelo Estado, através da não existência ou ineficiência das políticas públicas.

Mas a periferia resiste nas suas mais diversas contradições. Os jovens têm se organizado cada vez mais em grupos para discutirem suas demandas e seu anseios, seja em um campo de futebol, na esquina, na casa de alguém, ou em espaços organizativos, como ongs, movimentos sociais, dentro outros.

A pesquisa realizada buscou compreender como os jovens em meio as adversidades conseguem ser jovens. Como usufruem dos espaços que lhes são negados, que “brechas” são apresentadas para que possam fazer de qualquer espaço, um lugar de socialização.

As adversidades encontradas ao longo da pesquisa, desde questões pessoais a problemas relacionados a temática da pesquisa dificultou em tempo a realização das entrevistas. Como incidentes referentes a queima de ônibus, dificultando assim, a entrada e deslocamento para o bairro. As próprias brigas por disputa de território, impossibilitou por outro período a ida a campo.

Assim, outros mecanismos foram sendo realizadas, como conversas e relatos via mídias sociais. Além, das idas a campo. O próprio depoimento dos jovens foi comprometido devido as adversidades das situações apresentadas nesse novo perfil de projeto.

Outra dificuldade encontrada, refere-se ao perfil dos jovens participantes do projeto. No início eram jovens de 15 a 35 anos. Depois de um tempo de readaptação do projeto os jovens passaram a ser de 5 a 16 anos. Como dito ao longo da pesquisa, na nova forma de ação do grupo, ou seja, o foco do trabalho na prevenção e não no resgate. Não que uma ação seja excludente a outra.

O que os jovens clamam nada mais é do que a existência de seus direitos básicos e essenciais a uma vida digna. Como visto durante o primeiro capítulo, o extermínio da juventude, a especulação imobiliária, o tráfico de drogas e a ineficácia do Estado são os elementos

propulsores à criação do Projeto Meninos de Deus, que nasce como uma alternativa e uma tentativa de resgate da vida de jovens da periferia envolvidas com a criminalidade.

Esse projeto atua como espaço formativo através das rodas de conversa/diálogo, trazendo elementos cotidianos e de identificação dos jovens, para que assim haja uma compreensão da realidade, fazendo com que esses percebam que são agentes, sujeitos de direito, e que estão inseridos nos processos apresentados pelo educador social, Paulo Uchoa.

Para além dessas questões, a metodologia contribui para que os jovens alcancem a compreensão sobre aspectos gerais, que os influenciam diretamente, como o já citado extermínio da juventude e a ausência/ineficácia de políticas públicas, uma compreensão que contribui para a promoção de formas de resistências impulsionadas pelos jovens.

Como podemos perceber, essas formas de resistência se deram a partir da garantia da utilização do campo, que vinha e vem sofrendo constantes ameaças por parte da especulação imobiliária. Que sofre com a falta de manutenção estrutural por parte do Estado, pois o campo encontra-se sem grama, quase um grande terraço.

Outra forma de resistência dos jovens a opressões e repressões do Estado se dá através do movimento Hip-Hop, por meio do qual, em suas letras e expressões, os jovens relatam o cotidiano da periferia e a história dos Meninos de Deus.

São sonhos motivados pela concretização de projetos de vida individuais e familiares, que se encontram em campos de possibilidades, como forma de escapar das brutalidades apresentadas pelo cotidiano.

Compreender o Projeto Meninos de Deus nos faz perceber que as lutas travadas cotidianamente por jovens, são lutas ferrenhas, que se colocam na contramão do que está posto. São jovens que mesmo diante das adversidades buscam novas formas de relações sociais, seja através do Hip Hop, da pichação, seja da participação no Projeto Meninos de Deus. Essas atividades nos fazem pensar que os jovens querem nos dizer que viver dignamente é possível.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farh. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. *In: ABRAMOVAY, Miriam et. al. (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2007.*
- ANJOS, Tatiane dos. **Racismo no Brasil e o extermínio da juventude negra.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2017/11/1937240-racismo-no-brasil-e-o-extermínio-da-juventude-negra.shtml>. Acesso em: 13 set. 2018.
- BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, 2016, p. 81-106.
- BARRETO, Sonia Pereira. Histórias de vida à sombra de uma mangueira: um jeito de fazer “política pública” com jovens do bairro Jangurussu na periferia de Fortaleza. *In: CAVALCANTE, Maria Juraci M. et. Al. (org.). **Afeto, razão e fé: caminhos e mundos da história da educação.** Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 777-791.*
- BARROS, Robson. **Meninos de Deus: um olhar para o caminho.** Fortaleza: Gráfica e Editora Eleal, 2010.
- BEDINELLI, Talita. **Fortaleza sitiada.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em: 13 set. 2018.
- CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. **Políticas públicas e juventudes: algumas particularidades do caso brasileiro.** Disponível em: http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog_Direito_de_se_Diferente/Considera%20C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.
- CARA, Daniel. GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. *In: ABRAMOVAY, Miriam et. al. (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.*
- CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. **Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza.** 2011. 156f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CARRANO, Paulo. Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. **Relume Dumará**, Rio de Janeiro, 2002.
- CARRANO, Paulo; PEREGRINO, Mônica. Jovens e escola: compartilhando territórios e sentidos de presença. *In: **A escola e o mundo juvenil: experiências e reflexões.** Série Em Questão, n. 1. São Paulo: Ação Educativa, 2003.*
- CLEMENTINO, Josbertini Virginio. **As políticas e juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas.** Fortaleza: EdMeta, 2011.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **Formação da Juventude e Valores.** Fortaleza: Expressão

Gráfica e Editora, 2013.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, Rio de Janeiro, 2000.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. v. 28, n.100. Campinas, 2007, p. 1105-1128. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 set. 2018

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In: Juventude e Contemporaneidade*. Coleção todos pela Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO, 2007, p. 155-178.

DIAS, Marina Simone e JUNIOR, Milton Esteves. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cad. Metrop.** v. 19, n. 39. São Paulo, 2017, p. 635-663.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galera e o movimento Hip-Hop. São Paulo: Annablume, 2008.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leornado. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. *In: CARVALHO, Fernanda de et. al. (org.). Juventude em pauta*: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Mirian. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In: ABRAMOVAY, Mirian et. al. (org.). Juventudes*: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

FORTALEZA é a sétima cidade mais violenta do mundo, diz ONG do México. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-e-a-setima-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong-do-mexico.ghtml>. Acesso em: 15 set 2018.

FREHSE, Fraya. Da desigualdade social nos espaços públicos Centrais brasileiros. **Sociologia&Antropologia**. vol.6, n.1. Rio de Janeiro, 2016, p.129-158.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GELEDÉS. **Violência**: guerra aos jovens, negros e pobres das periferias. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-guerra-aos-jovens-negros-e-pobres-das-periferias/>. Acesso em: 13 set. 2018.

GOMES, Helton Simões. Super-ricos ficam com 82% da riqueza gerada no mundo em 2017, diz estudo. **G1 Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/super-ricos-ficam-com-82-da-riqueza-gerada-no-mundo-em-2017-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2018.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. *In: Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

INDICADORES sociais do ceará 2011. Fortaleza: IPECE, 2012.

PERFIL da Juventude em Fortaleza: Aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo de 2010. Fortaleza: IPECE, 2013.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ongs. *In: HADDAD, Sérgio (org). Desafios para a cooperação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Peirópolis/ABONG, 2002.

LARA, Angela Mara de Barros; SOUZA, Thaís Godoi. As resoluções internacionais da ONU/UNESCO para a juventude e suas relações com a educação. **Rev. Teoria e Prática da Educação**. v. 17, n. 1. Maringá, 2014, p. 139-153.

LEON, Alessandro Lutfy. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. *In: ABRAMOVAY, Miriam et. al. (org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In: Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARTINS, Iara Saraiva. **Pronatec**: a estratégia do Partido dos Trabalhadores para a inserção no trabalho precário e atendimento das demandas produtivas do capitalismo contemporâneo no Brasil – Ceará. Fortaleza, 2015.

MONTENEGRO, David Moreno. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise**: precarização do trabalho e informalidade no Brasil. São Luís, 2007.

NETO, Nécio Turra. Geografia das juventudes: Uma pauta de pesquisa. *In: PEREIRA, Silvia Regina et. al. (org.). Teorias e práticas territoriais: Análises espaços-temporais*. São Paulo, 2010, p. 85-96.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas de juventude no Brasil: continuidade e rupturas. *In: Juventude e contemporaneidade*. Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO. Coleção todos pela Educação, 2007, p. 253- 280.

NOVAES, Regina Reyes. Entre juventudes, governo e sociedade (e nada será como antes...). *In: CARVALHO, Fernanda de et. al. (org.). Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Sonia. **Quando a juventude da periferia de Fortaleza vai à Universidade:** Indagações e achados sobre a efetividade das ações do Estado e das iniciativas da sociedade civil para garantir seus direitos. Fortaleza, 2013.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **De "rolê" pela cidade:** os "pixadores" em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

POLÍTICAS públicas de/para/com as juventudes. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. *In:* PEREIRA, Silvia Regina et. al. (org.). **Teorias e práticas territoriais:** Análises espaços-temporais. São Paulo, 2010, p. 13-23.

SOUZA, Patrícia Lânes. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. *In:* CARAVALHO, Fernanda de et. al. (org.). **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

SPÓSITO, Marília P; SILVA, Hamilton H.de C; SOUZA, Nilson. Juventudes e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens. *In:* **Juventude e contemporaneidade.** Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO. Coleção todos pela Educação, 2007, p. 217-252.

SPÓSITO, Marília P.; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *In:* **Juventude e contemporaneidade.** Brasília, DF: Ministério da Educação, UNESCO. Coleção todos pela Educação, 2007, p.179-216.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *In:* **Sociologias.** ano 8, nº16. Porto Alegre, 2006, p.20-45.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, no.87, São Paulo, 2012.

UCHOA, Paulo. **Metodologia Meninos de Deus.** Fortaleza: Visão Mundial, 2011.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ANEXO A - FOTOS

Imagem 1 - Crianças do Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 2 - Crianças jogando no Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 3 - Crianças do Projeto Meninos de Deus sentados



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 4 - Crianças do Projeto Meninos de Deus ouvindo orientações



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 5 - Jogo realizado no Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 6 - Duas crianças jogando no Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 7 - Meninas jogando no Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 8 - Meninos jogando futebol no Projeto Meninos de Deus



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 9 - Criança do Projeto Meninos de Deus em frente uma trave de futebol



Fonte: Projeto Meninos de Deus

Imagem 10 - Meninos do Projeto Meninos de Deus se aquecendo para jogar futebol



Fonte: Projeto Meninos de Deus